

An abstract graphic composed of several overlapping, semi-transparent blue triangles of varying shades, creating a sense of depth and movement. The triangles are arranged in a way that suggests a three-dimensional structure, possibly a stylized letter or a geometric form. The background is a gradient of blue and white, with soft, wavy lines that complement the geometric shapes.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCEPR

2013

ANUAL DE 2013

CURITIBA

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a prestação de contas do ano de 2013 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, retratando os resultados e encaminhamentos.

No período, esta Casa de Contas esteve empenhada, além de suas atividades habituais, em prol da transparência, da busca de parcerias, da capacitação de servidores e de jurisdicionados e das ações de fiscalização, sempre comprometidas com a sociedade e alinhadas às premissas da gestão (item 1.1).

Em 2013, o Tribunal colocou em curso várias ações de fiscalização relativas aos principais temas de interesse da população. No ano, houve a intensificação das atividades da Comissão da Copa do Mundo 2014, com a reformulação do grupo para uma estrutura multidisciplinar, a elaboração e divulgação periódica de relatórios, o investimento na transparência e no envolvimento da sociedade e da imprensa com o tema. Em razão do Acórdão nº. 664/2013-TCU-Plenário, o Tribunal também iniciou a fiscalização da ampliação e reforma do Estádio Joaquim Américo Guimarães, indicado como local dos jogos a serem realizados nesta capital. Cabe destacar os pertinentes alertas emitidos pelo TCE-PR no sentido de que haveria risco de falta de recursos para concluir as reformas na Arena da Baixada, bem como atraso das obras de mobilidade, cujos custos foram majorados.

Outra atividade relevante no ano se refere à avaliação do transporte coletivo na Região Metropolitana da capital, através de uma auditoria na Urbanização de Curitiba S/A (URBS), que teve como objetivo avaliar a composição de custos, tarifa, critérios de reajuste, subsídios e também a administração dos valores arrecadados pelo sistema. Os resultados apontaram para possibilidade de redução no valor da passagem de ônibus, conforme ampla repercussão dada pela imprensa.

Atuamos, também, junto ao projeto do metrô de Curitiba, através do aprofundamento dos estudos sobre parcerias público-privadas, bem como na estruturação das ações posteriores da comissão que atua na fiscalização da obra.

Outra ação que merece nosso destaque foi a finalização e entrega do relatório de Auditoria Operacional da Educação, que compôs o documento final elaborado conjuntamente por diversos Tribunais de Contas estaduais e pelo Tribunal de Contas da União. Além disso, destacamos a aprovação da resolução e início da implantação das Normas de Auditoria Governamental (NAG's), e a criação do Cadastro de Inadimplentes (CADIN), com expressiva satisfação social.

Apontamos como trabalho importante a apresentação do relatório e disponibilização no site do Tribunal de Contas da parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-PR) na Fiscalização de Obras Concluídas. Foram fiscalizadas 502 obras, totalizando mais de 300 milhões de reais em recursos investidos em 175 municípios.

No campo das parcerias celebradas no ano, destacamos a integração com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). Além dessas, citamos a formação da Rede Nacional de Informações Estratégicas, assim como a parceria com a Associação de Municípios do Paraná para realização de cursos e eventos à distância.

Considerando o papel pedagógico, mais uma vez, o Tribunal assumiu sua postura preventiva, trabalhando na melhoria da gestão pública e na capacitação dos agentes públicos. Destacamos a disponibilização de curso em Educação a Distância (EaD) sobre cumprimento das decisões desta Casa de Contas e o lançamento do Programa de Capacitação a Distância para Jurisdicionados, por meio de convênio com a Associação de Municípios do Paraná.

Na área de Tecnologia da Informação (TI), foram marcantes os estudos empreendidos em informações estratégicas do Tribunal, com a emissão de relatórios de inteligência sobre perfil e evolução dos gastos na educação, sugestão de auditoria em folha de pagamento e gastos com a contratação de serviços, abrindo, assim, novas perspectivas de atuação desta Corte em 2014.

Com excelentes resultados, a gestão reafirma o compromisso com a linearidade de seu planejamento, visando aos resultados sólidos, duradouros e que venham ao encontro das exigências de uma sociedade cada vez mais cônica de seu papel fiscalizador.

Curitiba, março de 2014.

Artagão de Mattos Leão,
Conselheiro Presidente do TCE-PR



Composição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Composição do Tribunal Pleno (Biênio 2013/2014)

- Artagão de Mattos Leão – Conselheiro Presidente
- José Durval Mattos do Amaral – Conselheiro Vice Presidente
- Ivan Lelis Bonilha – Conselheiro Corregedor-Geral
- Nestor Baptista – Conselheiro
- Fernando Augusto Mello Guimarães – Conselheiro
- Caio Marcio Nogueira Soares – Conselheiro
- Fabio de Souza Camargo – Conselheiro (afastado em 27/11/2013)
- Jaime Tadeu Lechinski – Auditor
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – Auditor
- Ivens Zschoerper Linhares – Auditor
- Thiago Barbosa Cordeiro – Auditor
- Claudio Augusto Canha – Auditor
- Vera Lucia Amaro – Secretária do Tribunal Pleno

Composição das Câmaras

Primeira Câmara

- José Durval Mattos do Amaral – Conselheiro Presidente do Colegiado
- Fernando Augusto Mello Guimarães – Conselheiro
- Ivan Lelis Bonilha – Conselheiro
- Jaime Tadeu Lechinski – Auditor
- Ivens Zschoerper Linhares – Auditor
- Claudio Augusto Canha – Auditor
- Maria Estephania Domenici – Secretária da Primeira Câmara

Segunda Câmara

- Nestor Baptista – Conselheiro Presidente do Colegiado
- Caio Marcio Nogueira Soares – Conselheiro
- Fabio de Souza Camargo – Conselheiro (afastado em 27/11/2013)
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – Auditor
- Thiago Barbosa Cordeiro – Auditor
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco – Secretária da Segunda Câmara

Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

- Elizeu de Moraes Corrêa – Procurador Geral
- Ângela Cassia Costaldello
- Célia Rosana Moro Kansou
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Flávio de Azambuja Berti
- Gabriel Guy Léger
- Juliana Sternadt Reiner
- Katia Regina Puchaski
- Michael Richard Reiner
- Valéria Borba



Elaboração

Diretoria de Planejamento - DIPLAN

Revisão

Diretoria Geral - DG

Diagramação

Núcleo de Imagem

Sumário

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ	7
1.1 PREMISSAS DA GESTÃO	8
CAPÍTULO II - PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO	8
2. TRIBUNAL DE CONTAS EM AÇÃO	8
2.1 TCE EM NÚMEROS	8
2.3 BENEFÍCIOS DAS AÇÕES DE CONTROLE	11
CAPÍTULO III - ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	15
3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	15
3.1 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO ESTADUAL	15
3.2 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL	16
3.3 CONTROLES DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	17
3.4 APRECIÇÃO DOS ATOS DE PESSOAL PARA FINS DE REGISTRO	18
3.5 PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO (PAF)	18
3.5.1 PAF das Unidades Técnicas	19
3.5.2 Ações de Fiscalização das Inspetorias de Controle Externo (IEC)	20
3.6 AUDITORIAS OPERACIONAIS	21
3.7 PROCESSOS AUTUADOS E DISTRIBUÍDOS	22
3.8 DECISÕES PROFERIDAS	24
3.9 EMISSÃO DE CERTIDÕES LIBERATÓRIAS	25
3.10 ATIVIDADES DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS (DIFOP)	26
3.11 COMISSÃO COPA 2014	29
3.12 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE-PR	32
CAPÍTULO IV - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	32
4. PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	32
5. GESTÃO DE PROJETOS	32
5.1 PORTFÓLIO DE PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS	33
5.1.1 Portfólio de Programas e Projetos Institucionais da Gestão 2013/2014	33
6. ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO	37
7. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL	37
8. GESTÃO DE PESSOAS	39
9. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	39
10. ATIVIDADES DA SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO	41
CAPÍTULO V - COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO	43
11. COMUNICAÇÃO	43
12. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	43
12.1 CONVÊNIOS E CONGÊNERES	44
12.2 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL	45
CAPÍTULO VI – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	46
13. ORGANOGRAMA DO TCE-PR	46
14. FONTES DE INFORMAÇÕES	47
15. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	47

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), criado em 02 de junho de 1947, é o órgão constitucional de controle externo do Paraná, de seus municípios e das respectivas entidades públicas, com jurisdição em todo o território estadual.

Com foco no controle da utilização da coisa pública, atua pautado pelos princípios da ética e da justiça, buscando não apenas a vigilância na atuação dos jurisdicionados, mas a orientação na aplicação eficiente, eficaz e econômica de todos os recursos públicos.

A Casa de Contas paranaense é integrada por sete Conselheiros, quatro deles escolhidos pela Assembleia Legislativa. Os outros três são escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Casa de Leis estadual, sendo um de livre escolha, e dois, alternadamente, entre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, na forma estabelecida no art. 127 da Lei Orgânica do TCE-PR.

➤ **Jurisdição**

Desde a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, em 1989, a regulamentação do Tribunal de Contas encontra assento nos artigos 74 a 78 da referida Carta Magna, tendo sua organização, competência, jurisdição e forma de atuações reguladas pela Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, Lei Orgânica do TCE-PR.

De acordo com a diretriz constitucional, a competência do Tribunal abrange a fiscalização da aplicação de quaisquer recursos públicos, tanto diretamente pelos entes políticos (Estado do Paraná e seus 399 Municípios) e pelos respectivos órgãos e empresas, quanto daqueles repassados a entidades privadas através das diversas modalidades de transferências previstas em lei.

Destarte, são jurisdicionadas do Tribunal de Contas todas as entidades públicas, pessoas jurídicas e físicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Poder Público responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Através de sua atuação, esta Casa de Contas tanto objetiva orientar seus jurisdicionados acerca da legalidade, legitimidade e economicidade, na busca do melhor desempenho e transparência, quanto busca coibir e punir aquelas atuações que desrespeitem essas diretrizes.

A atividade por excelência do Tribunal é o exercício do controle técnico da legalidade dos atos da Administração Pública, em especial do ponto de vista contábil e financeiro, com vistas a identificar a regularidade e a probidade no emprego de dinheiro, bens e valores públicos.

Sendo assim, o TCE-PR assume um papel fundamental, pois está presente para atender o anseio da sociedade de que as receitas públicas (como as receitas tributárias, multas, transferências, operações de crédito e outras receitas) sejam bem aplicadas e retornem em forma de políticas e serviços públicos de qualidade, contribuindo para o melhor desempenho e transparência da Administração Pública.

➤ **Competências**

As competências do Tribunal de Contas estão elencadas na Constituição Estadual (artigos 74 a 78) e na Lei Complementar 113/2005.

1.1 PREMISSAS DA GESTÃO

Como resultado das ações de planejamento da gestão projetadas para 2013/2014, foram traçadas as seguintes diretrizes como sendo cruciais para o atingimento das metas:

1. Valorização e Qualificação dos Servidores;
2. Orientação aos Jurisdicionados;
3. Perspectiva de Processos Institucionais;
4. Investimentos em Infraestrutura;
5. Investimentos em Tecnologia de Informação;
6. Renovação do Portfólio de Projetos;
7. Ampliação da Presença do Tribunal;
8. Práticas de Gestão e Parcerias.

CAPÍTULO II - PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

2. TRIBUNAL DE CONTAS EM AÇÃO

2.1 TCE EM NÚMEROS

A seguir, consta a tabela com os dados quantitativos do TCE-PR referentes ao período destacado:

TRABALHOS E RESULTADOS	Ano de 2013
Quantidade de processos autuados	29.163
Produção total de instruções emitidas pela Diretoria Contas Estaduais (DCE)	313
Prestações de contas de âmbito estadual instruídas pela DCE	233
Produção total de instruções emitidas pela Diretoria de Contas Municipais (DCM)	3.742
Prestações de contas de âmbito municipal instruídas pela DCM	3.053
Produção total de instruções emitidas pela Diretoria Análise de Transferências (DAT)	3.850

Prestações de contas de transferências instruídas pela DAT	3.701
Processos de Tomadas de Contas instruídos pela DAT	116
Processos de atos de pessoal analisados (nº de pareceres)	19.826
Produção de processos com parecer conclusivo pelo Ministério Público junto ao TC	19.876
Decisões proferidas (acórdão, acórdão de parecer prévio e decisão definitiva monocrática)	11.826
Emissão de certidões liberatórias	23.848
Capacitações para jurisdicionados: nº de participantes em cursos presenciais	6.775
Capacitações para servidores: nº de participantes em cursos presenciais internos e externos	1.639
Releases produzidos para imprensa pela Diretoria de Comunicação Social	612
Ações de fiscalização do Plano Anual de Fiscalização - PAF	268
Produção do boletim eletrônico- TECER	25
Postagens em redes sociais	663
Quadro total de servidores efetivos ativos (nível fundamental, médio e superior)*	598
Quantidade de cargos em comissão ocupados*	117
Aposentadorias no período	25
Exonerações de servidores efetivos	13
Nomeações de cargos efetivos (concurso público)	72
Sanções pecuniárias, já considerando restituições de valores e multas: o que o TCE mandou devolver	R\$ 11.942.027,15
Valor recolhido ao Estado e aos Municípios (o que foi efetivamente cumprido), já considerando as multas	R\$ 2.575.428,90
Multa administrativa + multa por infração fiscal + multa proporcional ao dano (erário estadual): quanto o TCE mandou devolver	R\$ 1.150.446,84
Multa administrativa + multa por infração fiscal + multa proporcional ao dano (erário estadual): quanto foi efetivamente cumprido	R\$ 499.862,88
Irregularidades registradas pela Diretoria de Execuções (DEX), tais como dano ao erário, desfalque ou desvio de dinheiro, desvio de finalidade, infração à norma legal ou regulamentar ou, ainda, omissão no dever de prestar contas	388
Dotação orçamentária (para o ano de 2013)	R\$ 350.833.620,00
Despesas empenhadas no período	R\$ 230.901.366,08

Despesas liquidadas no período

R\$ 227.357.365,80
Tabela 1 – Fonte: Sistema de Trâmite e Unidades Internas do TCE-PR.

* Posição em 31/12/2013.

Neste item, constam as principais manchetes das matérias veiculadas pela Diretoria de Comunicação Social (DCS) no portal do TCE-PR, em ordem cronológica, no ano de 2013.

AÇÕES DO TRIBUNAL EM DESTAQUE NO ANO DE 2013
1º Trimestre
- TCE se aproxima do cidadão e estimula o controle social do gasto público
- TCE vai monitorar ações em áreas que receberam Unidades Paraná Seguro
- Conselheiro Artagão toma posse da Presidência do TCE-PR
- Meta de Artagão na presidência é agilizar a tramitação de processos
- TCE reforça fiscalização do cumprimento da LRF na transição municipal
- Enquete aponta saúde como prioridade entre a população
- Investimento em tecnologia da informação garante modernização do Tribunal
- TCE inicia auditoria em pedágio de rodovias no Paraná
- TCE fiscalizará R\$ 56 bilhões em recursos públicos em 2013
- TCE anuncia 290 ações de fiscalização em 2013
- Meta é fazer desaprovação de contas cair para até 1% ao final de 2014
- TCE adere à auditoria nacional no ensino médio
2º Trimestre
- TCE-PR e TCU reafirmam parceria pela eficácia do controle público
- Auditoria do TCE contribui para melhorias do IML no Paraná
- Paraná integra auditoria nacional sobre a qualidade do ensino médio público
- TCE trabalha para se tornar referencial público na gestão de contratos
- TCE se consolida como aliado do gestor público
- TCE participará de ações de cidadania nas Unidades Paraná Seguro
- TCE reforça parceria com os municípios
- Diário Eletrônico do TCE publica aposentadoria do conselheiro Hermas
- Pleno reafirma limites ao uso de cargos em comissão na gestão pública
- Ciclo de eventos prepara técnicos municipais para obrigações do SIM 2013
- Investimentos do TCE mostram evolução do controle externo
3º Trimestre
- Relatório do TCE aponta atraso em 9 das 10 obras de mobilidade para a Copa
- Capacitação para o SIM 2013 será levada a mais 12 polos regionais
- TCE agiliza análise das contas municipais de 2012
- TCE inicia auditoria no pedágio sob concessão da CCR Rodonorte
- Em sessão extraordinária, Fábio Camargo é empossado conselheiro do TCE-PR
- Capacitação para o SIM 2013 reúne 400 técnicos em Cascavel e Francisco Beltrão
- TCE e CREA fiscalizam qualidade das obras públicas concluídas no Paraná
- Crescem 45,6% os atendimentos da Ouvidoria do TCE, no 1º semestre
- TCE bate recorde na análise das prestações de contas municipais
- TCE e universidades fiscalizarão o acesso à informação nos municípios

- Parecer prévio pela regularidade das contas de 2012 do Estado é aprovado com ressalvas
- TCE vai ceder engenheiros à CPI do Pedágio
- TCE recomenda, em relatório, queda de 16,7% na tarifa do ônibus em Curitiba
- Auditoria social comprova falhas na gestão de medicamentos em Paranavaí
- Identificada má gestão em obras da Associação Paranaense de Reabilitação em Curitiba
4º Trimestre
- TCE fiscaliza R\$ 4,7 bilhões transferidos pelo setor público a entidades privadas
- Paraná lança projeto que deve unificar portais da transparência a partir de 2014
- Auditoria na Urbs é destaque em evento nacional dos TCs sobre tarifas
- TCE e TJ estreitam relação pela transparência e a moralidade da gestão pública no Paraná
- Gratificação por dedicação exclusiva para cargo em comissão é ilegal, confirma Pleno
- Prêmio reconhece 23 boas práticas municipais no Paraná
- Nota Oficial do TCE sobre o afastamento do conselheiro Fábio Camargo
- Presidente recebe homenagem no Congresso dos Tribunais de Contas
- Conselheiro Artagão é vice em chapa vitoriosa na eleição da Atricon
- Tribunal divulga relação de empresas impedidas de licitar com setor público
- Obras públicas precisam avançar em controle e acessibilidade

Tabela 2 - Fonte: portal do TCE-PR (www.tce.pr.gov.br).

2.3 BENEFÍCIOS DAS AÇÕES DE CONTROLE

Os resultados positivos das ações de controle são, em grande parte, imensuráveis em termos financeiros. Advêm da própria expectativa do controle (da ação educativa e pedagógica,), da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

Para fins de elaboração deste Relatório, consideramos benefício como sendo débito, multa, economia, ganho ou melhoria decorrente da atuação do Tribunal, bem como a expectativa de controle gerada pelas ações desta Casa de Contas.

O benefício da ação de controle será financeiro, se quantificado e expresso em moeda, não financeiro, se quantificado e expresso em outras unidades de medida, ou qualitativo, se a quantificação for inviável ou totalmente subjetiva.

Adiante, em ordem cronológica, estão sintetizadas e quantificadas algumas dessas deliberações ilustradas por meio das notícias publicadas no portal do TCE-PR.

PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE NO ANO DE 2013
1º Trimestre
- Prefeito e servidores de Maria Helena devem devolver R\$ 2,7 milhões
- Restituições de valores ao erário estadual e municipal bateram recorde em 2012
- Segunda Câmara determina devolução de R\$ 249,3 mil ao erário
- Suspensa licitação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná
- Municípios do PR economizam R\$ 4,7 milhões em combustíveis
- Contratações irregulares e nepotismo geram multas a gestores municipais
- Falha no controle interno gera multa a ex-prefeita de Santa Mariana
- Inspeção do PAF em Rio Branco do Ivaí vê gasto irregular em diárias e combustíveis

- Prestação de contas de convênio de Guaratuba é julgada irregular
- Prefeito de Jardim Olinda recebe multas após inspeção
2º Trimestre
- Cautelar do TCE suspende contratação de seguro de vida para servidores de Curitiba
- Ex-secretário do Meio Ambiente deverá devolver R\$ 1,585 milhão ao Estado
- Cautelar suspende nomeações em concurso da Prefeitura de Cerro Azul
- Mantida decisão para que Adesobras e Prefeitura de Guaíra devolvam R\$ 240 mil
- Pleno nega recurso e mantém devolução de R\$ 240 mil por ex-secretário estadual
- Repasse da Fundação Araucária usado irregularmente terá de ser devolvido
- Convênio para manter hospital em Matinhos tem R\$ 500 mil irregulares
- TCE cobra R\$ 370 mil de reajuste ilegal concedido a vereadores de Umuarama
- UFPR deve R\$ 15,7 mil não investidos em projetos à Fundação Araucária
- Falhas em licitação de material escolar geram multa em Paranaguá
- Multado ex-prefeito de Siqueira Campos por falta de transparência
- Penalizados ex-gestores de Tibagi por vícios em contrato para refeições
- Elejor tem contas desaprovadas, e gestor terá de devolver R\$ 22,4 mil
- Contratação irregular gera multa a ex-prefeito de Boa Vista da Aparecida
- Prefeitura de Curitiba deve suspender contrato de seguro de vida
- Pleno manda suspender licitação de obra da Copa de 2014
- Ex-prefeito que publicou sua foto no carnê do IPTU terá de devolver recursos
- Ex-prefeito de Indianópolis recebe multa de 30% do salário por gastos com pessoal
- Ex-prefeito deve devolver R\$ 70,1 mil de indenização por teatro não construído
- Multado ex-prefeito de Jardim Olinda que descumpriu repasse do duodécimo em 2010
- Contratação desnecessária de advogados gera multa de R\$ 130,8 mil a ex-prefeito de Foz
- Contratação sem concurso em Rio Branco do Sul gera multa
- Tomador deverá restituir R\$ 149,7 mil à Fundação Araucária
- Tomada de Contas apura contratação ilícita de mão de obra em Foz do Iguaçu
- Ex-secretária de Educação é multada por contratação irregular de técnicos
- Atuação do TCE resulta em economia de R\$ 1,2 bi anuais aos cofres públicos
3º Trimestre
- Vereadores de Inajá devem R\$ 8,6 mil recebidos indevidamente em 2011
- Ex-prefeito deve ressarcir R\$ 9,7 mil pagos a mais por alambrado de campo de futebol
- Vereadores de Itaperuçu devem R\$ 97,2 mil recebidos indevidamente em 2011
- TCE recomenda suspensão dos repasses às obras na Arena da Baixada
- Irregularidades na compra de computadores por secretaria levam à devolução de R\$ 867,2 mil
- Pleno multa por fraude fiscal de R\$ 22,5 mil devidos à Prefeitura de Manoel Ribas
- Multados servidores de São José dos Pinhais por falta de licitação para limpeza pública
- Multado em R\$ 4,1 mil ex-presidente de Câmara que atrasou envio de 6 relatórios ao TCE
- Auditorias comprovam falha na gestão de medicamentos em Ponta Grossa e Paranavaí
- Corregedoria manda suspender licitação de R\$ 21 milhões do DETRAN-PR
- TCE ordena devolução de R\$ 246,6 mil gastos em projetos de novo campus da Fafipar
- UEL terá que devolver R\$ 44,2 mil por irregularidades em convênio
- TCE obtém economia de 40% em compras nos 7 primeiros meses de 2013
- Prefeitura de Paranaguá tem dívida recalculada e deve R\$ 2 milhões à Secretaria de Segurança

- Segunda Câmara ordena devolução de R\$ 20 mil à Assembleia Legislativa por ex-deputado estadual
- Prefeitura de Doutor Ulysses não comprova gasto, e ex-prefeito deve ressarcir R\$ 147 mil
- Curitiba economiza R\$ 372 mil em obras da Copa graças a alerta do TCE
- Município de Sarandi pagou R\$ 1 milhão a serviços médicos em 2011, sem licitação
- Vereadores de Arapongas devem ressarcir R\$ 137 mil recebidos por sessões extras em 2008
- Apucarana deve devolver R\$ 368 mil repassados pelo Estado para obra social
- TCE ordena que APAE de Carambei devolva R\$ 117 mil de convênio com contas irregulares
- TCE cobra R\$ 85,4 mil que Cerro Azul não destinou a conselho tutelar
- TCE confirma suspensão de licitação em São José dos Pinhais
- Pleno confirma suspensão de concurso em Iracema do Oeste
- Pleno confirma suspensão de licitação para serviços jurídicos em Foz
- Prefeito de Piraí do Sul e dirigente de Oscip devem devolver R\$ 416 mil
- TCE notifica 163 municípios por subsídios irregulares pagos a agentes políticos
4º Trimestre
- TCE cobra R\$ 140 mil que Apucarana gastou com publicidade em feira e novela das sete
- TCE aponta risco de faltar recursos para concluir Arena e pede suspensão de repasses
- Obras de mobilidade da Copa permanecem atrasadas e têm custo aumentado
- TCE confirma inadimplência da CAP S/A junto à Fomento Paraná
- Hospital de São José dos Pinhais deve devolver ao Estado R\$ 88 mil
- TCE multa ex-gestores de São José dos Pinhais por cláusulas ilegais em edital de licitação
- Oscip devolverá R\$ 129 mil de taxa administrativa irregular cobrada de Juranda
- Instituto Agroecológico não comprova investimentos e terá de devolver R\$ 348 mil
- Entidade de Colorado não comprova gasto e deve recolher R\$ 36,7 mil ao tesouro estadual
- Mantida devolução de R\$ 240 mil pela Adesobras ao Município de Guaíra
- Vereadores de Inajá terão de devolver dinheiro recebido a mais
- Pleno nega recurso e mantém multa de R\$ 130,8 mil a ex-prefeito de Foz do Iguaçu
- Entidade e gestor devem devolver R\$ 60 mil à Fundação Araucária
- Novo cadastro reúne dados de 2.659 agentes públicos inadimplentes
- Ex-gestores de projetos para jovens agricultores deverão devolver R\$ 291,6 mil
- Santa Casa de Campo Mourão é condenada a devolver R\$ 800 mil
- Assistencialismo em ano eleitoral em São Jorge do Oeste é punido com devolução de recursos
- Prefeito de Cascavel recebe multas por irregularidades em convênios
- TCE aplica 147 multas a ex-prefeito de Contenda por fraudes
- Tarifa de transporte tem custos injustificáveis, diz coordenador de auditoria
- Associação maringaense não prova gastos e deve restituir R\$ 81 mil
- Irregularidade em licitação gera multas em Londrina
- TCE desaprova conta da Unioeste e manda devolver R\$ 59,7 mil ao Estado
- Fundação Itaipu tem perda financeira de R\$ 287 mil em convênio irregular no TCE
- Prejuízo na construção de hospital em Foz pode chegar a R\$ 4,1 milhões
- Corregedor do TCE manda suspender o 13º dos vereadores de Curitiba
- Pleno do TCE confirma suspensão de licitação no DETRAN
- Vereadores de Curiúva terão de devolver dinheiro recebido a mais
- Ex-secretário Hitoshi Nakamura terá de devolver R\$ 1,5 milhão, confirma TCE
- Desobediência à determinação judicial rende multas em São José dos Pinhais

Tabela 3 - Fonte: portal do TCE-PR (www.tce.pr.gov.br).

Adicionalmente às manchetes acima destacadas, constam no quadro abaixo as condenações em débito e aplicação de multas, no qual são considerados os valores das sanções pecuniárias aplicadas pelo TCE, no período, sob acompanhamento da Diretoria de Execuções (DEX):

CONDENAÇÕES E APLICAÇÕES DE MULTAS DO ANO DE 2013				
SANÇÕES POR ERÁRIO				
	Erário	Qtde.	VALOR APLICADO (R\$)	VALOR RECOLHIDO (R\$)
Multa Administrativa	Estadual	1.022	870.825,72	437.077,68
Multa por Infração Fiscal	Estadual	5	118.486,16	34.864,20
Multa Proporcional ao Dano	Estadual	57	161.134,96	27.921,00
Restituição de Valores	Estadual	88	5.247.314,92	1.694.479,88
Restituição de Valores	Municipal	258	5.544.265,39	381.086,14
TOTAL		1.430	11.942.027,15	2.575.428,90

Tabela 4 - Fonte: Diretoria de Execuções.

A seguir, consta a tabela com (o número de registros por irregularidade) irregularidades registradas pela Diretoria de Execuções (DEX) no decorrer de 2013.

IRREGULARIDADES REGISTRADAS NOANO DE 2013	
Dano ao erário – decorrente de ato de gestão	11
Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores	13
Desvio de finalidade	3
Infração à norma legal ou regulamentar	332
Omissão no dever de prestar contas	29
TOTAL	388

Tabela 5 - Fonte: Diretoria de Execução

CAPÍTULO III - ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

O controle externo é exercido pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), conforme preceitua o art. 74 da Constituição Estadual. Dentre as competências estabelecidas, incumbe ao TCE auxiliá-la na fiscalização da Administração Pública das esferas estadual e municipal, por meio de inspeções e auditorias, acompanhando a execução contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de metas das unidades administrativas dos Poderes Públicos e, ainda, dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

Destarte, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da Administração Pública, fiscalizando, também, obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, bem como outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros.

Tal acompanhamento visa à verificação dos atos quanto à legitimidade e à economicidade, bem como quanto aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e impessoalidade.

As diretorias de Contas Municipais (DCM), de Contas Estaduais (DCE) e de Análise de Transferência (DAT) são responsáveis pela instrução em processos de prestações de contas dos respectivos assuntos. Uma vez encerrada a fase inicial, com o cumprimento do devido processo legal (direito a contraditório e eventuais diligências, se for o caso), os processos são encaminhados para o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPjTC) para emissão de parecer, para, então, serem enviados à apreciação dos Conselheiros ou Auditores Relatores.

3.1 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO ESTADUAL

O principal trabalho da Diretoria de Contas Estaduais (DCE) é instruir os processos de prestações de contas referentes às contas de entidades da esfera estadual integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, incluídas as autarquias, fundos especiais, sociedades de economia mista, empresas públicas, serviços sociais autônomos, fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, além das contas do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Além disso, também passam pela DCE processos relativos a outros assuntos, tais como: consulta, denúncia, tomada de contas extraordinária, certidão liberatória, dentre outros.

A tabela a seguir apresenta a quantidade de instruções e informações produzidas no período:

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES PRODUZIDAS NO PERÍODO ANO DE 2013- DCE	
Produção de INSTRUÇÕES emitidas em prestações de contas de âmbito estadual	233
Produção total de INSTRUÇÕES emitidas	313
Produção total de INFORMAÇÕES emitidas	3.736

Tabela 6 – Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

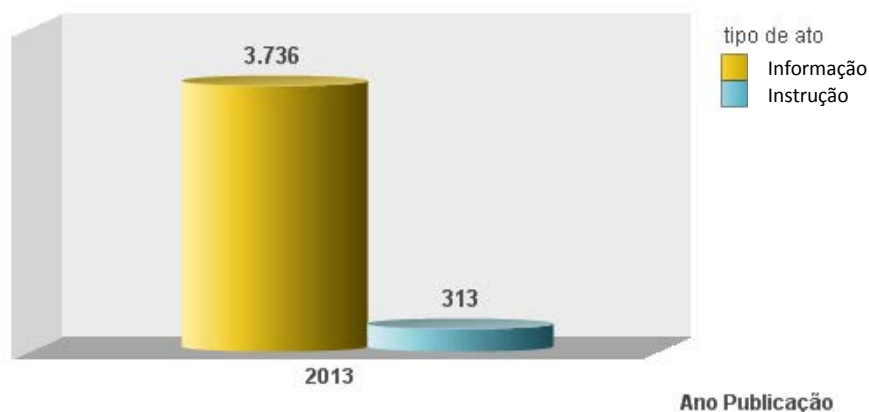


Gráfico 1 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

3.2 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL

Por sua vez, a Diretoria de Contas Municipais (DCM) é incumbida de instruir os processos de prestações de contas referentes às entidades de âmbito municipal, incluídas as prefeituras municipais, câmaras de vereadores e as entidades municipais (autarquias, fundações, sociedades de economia mista, fundos e empresas públicas).

Assim como a DCE, pela DCM também passam diversos assuntos, como, por exemplo, alertas, certidões liberatórias, denúncias, recursos de revista, relatórios de inspeção, tomadas de contas extraordinárias, dentre outros.

A tabela a seguir apresenta a quantidade de instruções e informações relativa à totalidade de assuntos pertinentes à DCM:

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES PRODUZIDAS NO PERÍODO ANO DE 2013- DCM	
Produção total de INSTRUÇÕES emitidas	3.742
Produção total de INFORMAÇÕES emitidas	2.038
PRODUÇÃO TOTAL – DCM	5.780

Tabela 7 – Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

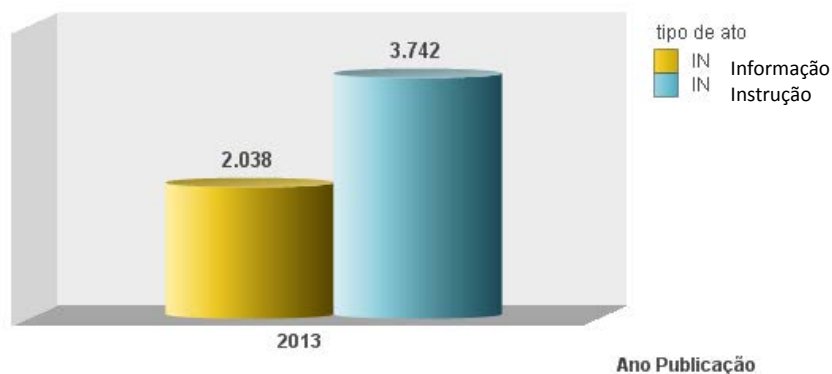


Gráfico 2 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

No que tange às análises de prestações de âmbito municipal (prestação de contas anual, do prefeito e municipal), a DCM apresentou a seguinte produção, conforme o quadro a seguir:

ANALISES DE PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL REALIZADAS PELA DCM EM 2013	
Produção de INSTRUÇÕES emitidas em processos de prestações de contas	3.053
Produção de INFORMAÇÕES emitidas em processos de prestações de contas	984
TOTAL DE ANÁLISES	4.037

Tabela 8 – Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

3.3 CONTROLES DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Durante o período em comento, foi apresentada a seguinte produção pela DAT referente a todos os assuntos por que lá passam (prestações de contas de transferência, tomada de contas ordinária e extraordinária, recurso de revista), dentre outros:

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES PRODUZIDAS NO PERÍODO ANO DE 2013- DAT	
Item de controle	Ano de 2013
Produção total de INSTRUÇÕES emitidas	3.850
Produção total de INFORMAÇÕES emitidas	771
Produção total de PARECERES emitidos	228

Tabela 9 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

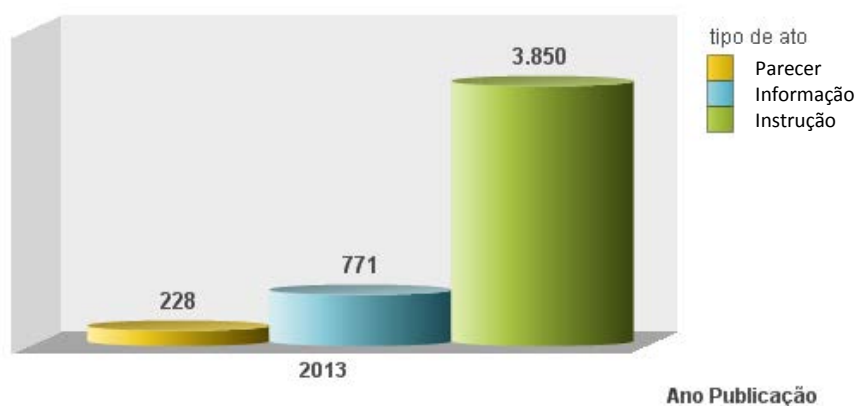


Gráfico 3 – Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

3.4 APRECIÇÃO DOS ATOS DE PESSOAL PARA FINS DE REGISTRO

Em 2013, a Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DICAP) apresentou a seguinte produção em processos relativos a atos de pessoal:

CONTROLE DE ATOS DE PESSOAL	
Item de controle	Ano de 2013
Produção total de PARECERES emitidos	19.826
Produção total de INFORMAÇÕES emitidas	8.923

Tabela 10 – Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

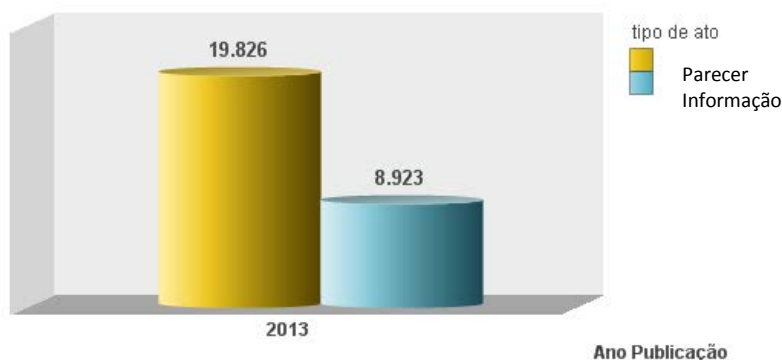


Gráfico 4 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

3.5 PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO (PAF)

O Plano Anual de Fiscalização é um instrumento gerencial que diz respeito ao planejamento anual das ações de fiscalização que serão realizadas no exercício, o qual é proposto pelas Unidades Técnicas e Inspetorias de Controle do Tribunal. A normatização do PAF consta do artigo nº 260 do Regimento Interno (RI). Já o inciso XXXIX do artigo 5º do RI estabelece que o Plano Anual deva ser aprovado até a última sessão ordinária do mês de fevereiro do respectivo exercício. O PAF está regulamentado através da Resolução nº 7/2006, por meio dos artigos 1º e 2º.

No ano de 2013, foram previstas 311 ações de fiscalizações, envolvendo órgãos e entidades estaduais e municipais, por meio da realização de Auditorias, Inspeções, Levantamentos e Acompanhamentos. A tabela a seguir apresenta a proposta de atuação para o ano de 2013 e o número de ações que foram realizadas no período:

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL NO EXERCÍCIO DE 2013			
AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% DE REALIZAÇÃO
Inspeção	162	119	73,4%
Acompanhamento	85	84	98,8%
Auditoria	53	55	103,7%
Monitoramento	10	9	90%
Levantamento	1	1	100%
TOTAL	311	268	86,17%

Tabela 11 - Fonte: Diretoria de Planejamento (DIPLAN).

3.5.1 PAF das Unidades Técnicas

No ano de 2013, as Unidades Técnicas realizaram 102 ações de fiscalizações, correspondendo a 91,89% da previsão das Unidades. A tabela a seguir traz a atuação das Unidades.

UNIDADE TÉCNICA	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% DA REALIZAÇÃO/ PREVISÃO UNIDADE
Diretoria de Execuções - DEX	6	4	66,6%
Diretoria de Contas Estaduais - DCE	3	3	100%
Diretoria de Contas Municipais - DCM	28	22	78,5%
Diretoria de Controle de Atos de Pessoal - DICAP	10	02	20%
Diretoria de Análise de Transferências - DAT	23	23	100%
Diretoria de Auditorias - DAUD	9	12	133%
Diretoria de Fiscalização de Obras Públicas - DIFOP	32	36	112,5%
TOTAL	111	102	91,89%

Tabela 12 - Fonte: Diretoria de Planejamento (DIPLAN).

Observações:

- Diretoria de Fiscalização de Obras Públicas:

Foram realizadas quatro ações de fiscalização não contempladas no PAF 2013: uma auditoria referente ao Projeto Obras Concluídas, em conjunto com o CREA-PR; e três inspeções realizadas a partir de processos de denúncias.

- Diretoria de Contas Municipais:

As atividades planejadas pela diretoria não foram totalmente atingidas em virtude do atendimento de demandas de fiscalização que surgiram ao longo do exercício de 2013 no Poder Executivo de Foz do Iguaçu, Morretes e Curitiba, conforme demonstra a tabela abaixo:

ENTIDADE	MUNICÍPIO	PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO
Poder Executivo	Foz do Iguaçu	Inspeção	Avaliar a consistência e fidedignidade da receita e despesa pública, seus registros, publicidade e transparência.
Poder Executivo	Morretes	Inspeção	Avaliar a consistência e fidedignidade da receita e despesa pública, seus registros, publicidade e transparência.
Poder Executivo	Curitiba	Inspeção	Avaliar a consistência dos fatos narrados através dos processos nº 239813/13, 460536/13 e 662821/13, todos anexados ao processo de Prestação de Contas Anual nº 13601-1/13

Tabela 13 - Fonte: Diretoria de Contas Municipais (DCM).

➤ **Diretoria de Controle Atos de Pessoal:**

O percentual de ações realizadas versus previstas pela diretoria foi pequeno pelo fato da decisão de priorizar o exame dos processos já em seu poder (cerca de 21.000).

➤ **Diretoria de Execuções:**

Não foram realizadas duas inspeções que estavam programadas, tendo em vista as seguintes medidas adotadas durante o exercício de 2013: encaminhamento de ofício administrativo a 173 prefeituras (100% dos credores em monitoramento pela DEX), apresentando a situação do ente frente às execuções sob sua responsabilidade, elaboração do Manual sobre o Cumprimento das Decisões do TCE-PR e, por fim, a realização de um Curso Virtual sobre o assunto, medidas essas com um custo inferior e suficiente para reduzir o nível de omissões.

➤ **Diretoria de Auditorias:**

A diretoria realizou três auditorias que não se apresentavam no PAF inicial: Auditoria no Pedágio da CCR Rodonorte e Auditoria no Pedágio das empresas Ecocataratas e Viapar, Caminhos do Paraná e Ecovia.

3.5.2 Ações de Fiscalização das Inspetorias de Controle Externo (IEC)

No âmbito das Inspetorias de Controle Externo, foram realizadas ações de fiscalização em órgãos e entidades estaduais, equivalendo a 83% da previsão das IECs. A tabela a seguir traz a atuação das Inspetorias de Controle Externo (IECs).

Ações de Fiscalização das Inspetorias de Controle Externo em 2013				
Inspetoria (classificação antiga)	Inspetoria (classificação atual)	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% DA REALIZAÇÃO / PREVISÃO UNIDADE
1ª ICE	1ª ICE	24	24	100%
2ª ICE	2ª ICE	Inspetoria desativada por conta de o Conselheiro Superintendente estar no exercício do cargo de Presidente do TCE.		
3ª ICE	6ª ICE	17	17	100%
4ª ICE	3ª ICE	28	28	100%
5ª ICE	4ª ICE	34	34	100%
6ª ICE	7ª ICE	79	45	56,9%
7ª ICE	5ª ICE	18	18	100%
	TOTAL	200	166	83%

Tabela 14 - Fonte: Diretoria de Planejamento (DIPLAN).

Observações:

➤ 7ª Inspeção de Controle Externo:

Algumas ações de fiscalização foram canceladas por determinação do Gabinete da Presidência desta Corte de Contas, tendo em vista a vacância do cargo do Conselheiro Superintendente.

3.6 AUDITORIAS OPERACIONAIS

As Auditorias Operacionais (AOPs), diferentemente das Auditorias de Regularidade (que costumam adotar padrões relativamente fixos), possuem maior variedade e complexidade na escolha de temas, objetos de auditoria, métodos de trabalho e forma de comunicar as conclusões de auditoria. Em função disso, necessitam de conhecimentos especializados e abordagem diferenciada, como no caso das avaliações de programa, auditoria de tecnologia de informação e meio ambiente.

A seguir, consta a situação das auditorias operacionais em tramitação durante o final de 2013:

➤ **Auditorias Operacionais em tramitação:**

AUDITORIAS OPERACIONAIS EM ANDAMENTO			
Nº	AUDITORIA	FORMALIZAÇÃO	FASE
1	AOP Aterro Sanitário de Curitiba	Processo nº 538143/11	Em análise no gabinete do Cons. Fábio Camargo.
2	AOP no Pedágio Ecocataratas	Processo nº 398643/11	Em análise pela Comissão de Servidores designada pela portaria nº 775/11, no que se refere à apresentação de novos documentos, mediante protocolo 889060/13.
3	AOP no 3º Setor - na Área da Saúde	Processo nº 711850/12	Encerrado
4	AOP na Folha de Pagamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública	Processo nº 873195/13	Relatório encerrado e disponibilizado no Diário Eletrônico do TCE-PR.
5	AOP na Urbanização de Curitiba S/A (URBS) e no Fundo de Urbanização de Curitiba (FUC)	Processo nº 624373/13	Relatório Encerrado.
6	AOP no Pedágio – Econorte, Viapar, Caminhos do Paraná e Ecovia	Portaria nº 437/13	Em andamento.
7	AOP no Pedágio – CCR RODONORTE	Portaria nº 250/13, prorrogada pela Portaria nº 588/13	Em andamento.
8	AOP nas Ações de Governo – Ensino Médio	Portaria nº 512/13	Aguardando Contraditório da Secretaria de Educação do Paraná.

Tabela 15 - Fonte: Diretoria de Auditorias (DAUD).

3.7 PROCESSOS AUTUADOS E DISTRIBUÍDOS

No decorrer de 2013, a quantidade de processos autuados foi de **29.163**. No entanto, para fins de comparação, no gráfico abaixo, trazemos a autuação anual desde 2009.

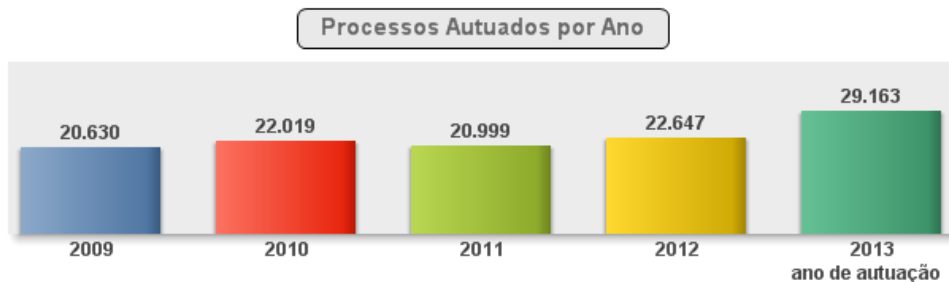


Gráfico 5 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

Ao analisarmos o gráfico acima, nos deparamos com um acréscimo relevante de mais de 30% em comparação com a média dos quatro anos anteriores. Destacam-se as seguintes causas:

1. Os processos relativos às transferências voluntárias tiveram um aumento de 71% em relação à média dos quatro anos anteriores. Em parte, devido à utilização do Sistema Integrado de Transferências (SIT) nas prestações de contas efetuadas pelos órgãos, entes públicos ou entidades privadas que repassam e recebem transferências voluntárias. O grande destaque foi a obrigatoriedade para que as transferências municipais, a qualquer entidade, sejam apresentadas ao TCE, o que era feito de maneira voluntária, até então;

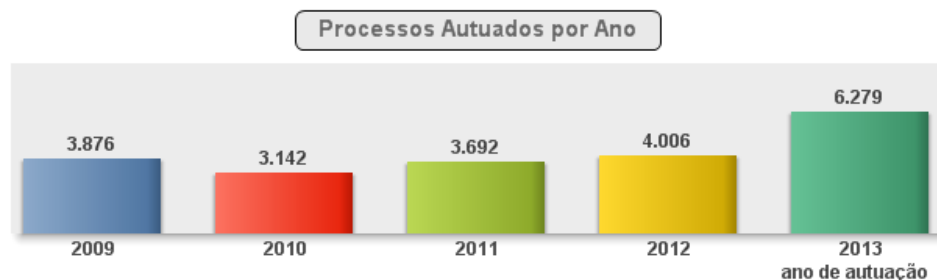


Gráfico 6 – Autuação nos processos de prestação de contas de transferência.

Fonte: DIPLAN, através do sistema de trâmite do TCE-PR.

2. Adicionalmente, também se registrou um aumento substancial na autuação de processos relativos a atos de pessoal (54% em relação à média dos quatro anos anteriores).



Gráfico 7 – Autuação nos processos de atos de pessoal.

Fonte: DIPLAN, através do sistema de trâmite do TCE-PR.

No gráfico a seguir, consta a autuação categorizada com os 20 principais assuntos em 2013:

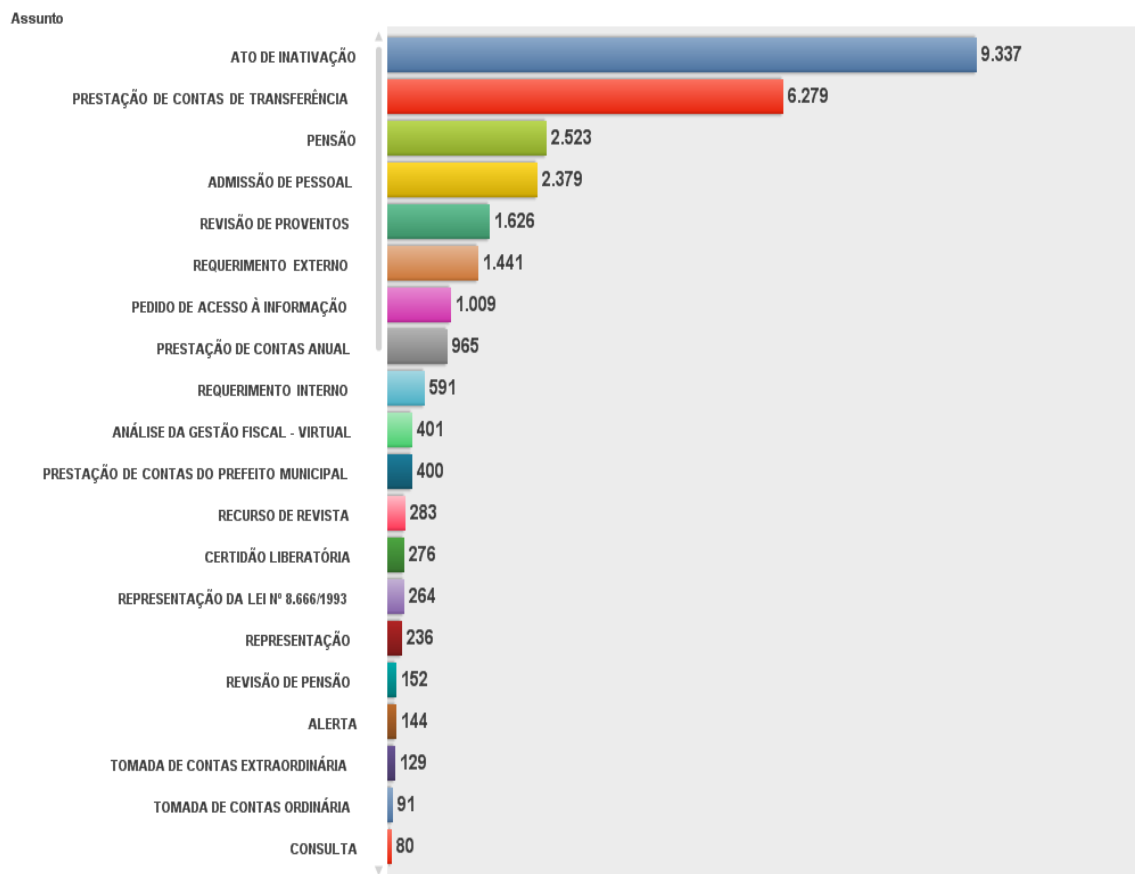


Gráfico 8 – Autuação de processos por assunto.
Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

Os processos autuados nesse período de 2013 foram distribuídos da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS AUTUADOS EM 2013	
Relator	Resumo da Distribuição de Processos por Relator
CONSELHEIRO	Ano de 2013
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO	1.467
CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES	2.142
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO*	1.029
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES	2.453
HERMAS EURIDES BRANDÃO**	229

IVAN LELIS BONILHA	2.880
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL	2.082
NESTOR BAPTISTA	2.340
AUDITOR	
CLÁUDIO AUGUSTO CANHA	2.368
IVENS ZSCHOERPER LINHARES	2.537
JAIME TADEU LECHINSKI	2.398
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA	2.465
THIAGO BARBOSA CORDEIRO	2.316
TOTAL	26.706

Tabela 16 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

* Empossado em 22/07/2013 e afastado por decisão judicial em 27/11/2013

** Aposentado em 13/05/2013

Constata-se que a quantidade de processos autuados na tabela acima é aquém da registrada no item 3.6 pelo fato de que apenas os processos que requerem decisão são distribuídos aos Conselheiros e Auditores.

3.8 DECISÕES PROFERIDAS

Os processos apreciados, que representaram a produção processual do Tribunal (Processos com Decisões Definitivas Monocráticas, Acórdãos e Acórdão de Parecer Prévio) estão representados abaixo:

DECISÕES DO TCE PROFERIDAS EM 2013	
Tipo de Decisão	Decisões Proferidas
	Ano de 2013
Acórdão (ACO)	5.658
Acórdão de Parecer Prévio (PPR)	570
Decisão Definitiva Monocrática (DDM)	5.598
TOTAL	11.826

Tabela 17 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

A seguir, consta a produção de decisões categorizadas por relator no período ora em tela:

DECISÕES PROFERIDAS CATEGORIZADAS POR RELATOR				
RELATOR	Processos com decisão			TOTAL de decisões por relator
CONSELHEIRO	ACO	DDM	PPR	Ano de 2013
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO	100	21	6	127
CAIO MARCIO NOGUEIRA SOARES	408	537	72	1.017
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO	210	155	36	401
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARAES	717	408	74	1.199
HERMAS EURIDES BRANDÃO**	111	182	30	323
IVAN LELIS BONILHA	643	74	63	780
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL	452	239	59	750
NESTOR BAPTISTA	556	409	122	1.087
AUDITOR				
CLÁUDIO AUGUSTO CANHA	1.826	-	24	1.850
IVENS ZSCHOERPER LINHARES	271	960	19	1.250
JAIME TADEU LECHINSKI	99	818	29	946
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA	133	1.196	22	1.351
THIAGO BARBOSA CORDEIRO	132	599	14	745
TOTAL	5.658	5.598	570	11.826

Tabela 18 - Fonte: DIPLAN, por meio do sistema de trâmite do TCE-PR.

* Empossado em 22/07/2013 e afastado por decisão judicial em 27/11/2013

** Aposentado em 13/05/2013

3.9 EMISSÃO DE CERTIDÕES LIBERATÓRIAS

A emissão de certidões liberatórias para fins de habilitação ao recebimento de transferências e realização de operações de crédito de qualquer natureza pelo poder executivo Municipal e Estadual está condicionada ao preenchimento dos requisitos legais contidos nos artigos 289 a 297 do Regimento Interno e em demais atos normativos do Tribunal.

Em 2013, foram emitidas 23.848 Certidões Liberatórias, segundo dados colhidos junto ao Sistema de Trâmite do TCE-PR.

3.10 ATIVIDADES DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS (DIFOP)

Dentre as atribuições previstas no Regimento Interno, a DIFOP realizou, ao longo de 2013, as seguintes atividades, buscando atender às demandas da sociedade e do próprio Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

➤ FISCALIZAÇÃO

I) AUDITORIA EM OBRAS PÚBLICAS PARALISADAS

As auditorias realizadas em 2013, contempladas no Plano Anual de Fiscalização, ocorreram em municípios em que foi identificada obra paralisada a partir da análise dos dados do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM).

O objetivo destas fiscalizações é verificar os procedimentos e processos desenvolvidos pela entidade para execução de obras e serviços de engenharia, averiguando os motivos que levaram à paralisação de obra, além de orientar os municípios na resolução dos problemas detectados.

Os trabalhos realizados englobaram a análise da documentação de todo o processo de licitação e contratação, inspeção *in loco* e preenchimento da planilha de achados, tendo o Relatório de Auditoria como resultado final.

Foram auditados, no período, 14 municípios com obras paralisadas, conforme detalhamento abaixo:

AUDITORIA EM OBRAS PÚBLICAS PARALISADAS		
Entidade	Obra	Processo
MUNICÍPIO DE ANTONINA	Centro de Educação Integral do Ensino Fundamental	81603-5/13
MUNICÍPIO DE CAMBARÁ	Escola Municipal (SEDU-PARANACIDADE)	81597-7/13
MUNICÍPIO DE COLOMBO	Construção do Parque Linear do Rio Palmital	76173-7/13
FUNDETEC (FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DE CASCAVEL)	Construção do Moinho-escola	82292-2/13
MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ	Construção do Centro de Educação Infantil	81600-0/13
MUNICÍPIO DE LONDRINA	Restauração do prédio da Secretaria Municipal da Cultura	81598-5/13
MUNICÍPIO DE LUIZIANA	Posto 24 horas do Hospital Municipal	73172-9/13

MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA	Construção do Centro de Educação Infantil - Pro infância	76169-9/13
MUNICÍPIO DE PINHAIS	Reforma do Centro de Testagem e Aconselhamento da Sec. Mun. de Saúde	76739-5/13
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA	Alargamento e duplicação do viaduto de acesso ao Núcleo Santa Paula	71604-3/13
MUNICÍPIO DE REBOUÇAS	Construção de creche Pro-Infância	76517-1/13
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE	Edificação de um portal do Parque Nacional	82295-7/13
MUNICÍPIO DE SARANDI	Construção de 23 casas populares	81601-9/13
MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ	Construção de nova unidade da Escola Estadual São Francisco de Assis	76738-7/13

Tabela 19- Obras Paralisadas. Fonte: DIFOP

II) PROJETO OBRAS CONCLUÍDAS – PARCERIA COM CREA-PR

O TCE-PR, através de sua Diretoria de Fiscalização de Obras Públicas – DIFOP – em conjunto com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR), realizou o Projeto Obras Concluídas, que consiste na verificação da situação das obras públicas municipais cadastradas como concluídas no Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) até dezembro de 2012.

Inicialmente, foi realizada uma fiscalização-piloto em São José dos Pinhais. Em seguida, houve a seleção dos municípios a serem inspecionados e das respectivas equipes de fiscalização.

Foram selecionadas todas as obras públicas de responsabilidade dos municípios paranaenses que se encontravam, até o dia 31 de dezembro de 2012, na situação “concluída” no SIM-AM.

Devido ao grande número de obras resultantes desta primeira seleção, foi necessário aplicar critérios para se atingir uma quantidade compatível com o efetivo disponível para o projeto. Feito isso, foram selecionadas 502 obras, totalizando R\$ 302.666.909,91 em recursos investidos e 175 municípios a serem fiscalizados. Deste universo, 450 obras foram repassadas ao CREA-PR, a fim de serem fiscalizadas pelos profissionais daquele órgão, e 52 ficaram a cargo do TCE-PR, pois se referiam a obras de difícil identificação ou localização, que dependiam de contato com a entidade municipal.

Neste trabalho, constatou-se que, apesar da maioria das obras concluídas fiscalizadas estarem em uso, 24 (vinte e quatro), um ano após a conclusão, ainda não estavam em funcionamento, e quatro tinham uso parcial. Como resultado, foram sugeridas fiscalizações específicas nas obras que estavam com sinais de degradação, as quais foram incluídas no Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2014. Além disso, a divulgação por si só do relatório estimula o controle por parte da sociedade.

As obras fiscalizadas pela DIFOP em parceria com o CREA-PR foram:

OBRAS FISCALIZADAS PELA DIFOP EM PARCERIA COM O CREA-PR		
Município	Quantidade de obras	Valor da obra (R\$)
Ariranha do Ivaí	1	210.831,74
Cambará	9	2.966.257,64
Cascavel	5	5.424.611,57
Colombo	6	7.299.258,37
Ivaiporã	5	4.066.823,32
Paranaguá	1	188.738,16
Ponta Grossa	7	14.756.978,26
Santa Helena	5	3.655.346,02
São José dos Pinhais	13	10.137.713,86
TOTAL	52	48.706.558,94

Tabela 20- Obras fiscalizadas em parceria com CREA. Fonte: DIFOP

➤ PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES INTERNAS

Os técnicos da DIFOP participaram de auditorias especiais (descritas no quadro abaixo), realizadas por comissões multidisciplinares do TCE. Destaca-se a comissão formada para fiscalizar os recursos públicos aplicados para a realização da Copa 2014 em Curitiba, com o objetivo de avaliar a economicidade, eficiência e eficácia dos atos efetivados para a execução das obras, que possuem elevada relevância.

COMISSÕES INTERNAS QUE A DIFOP PARTICIPOU		
Comissão	Portaria	Trabalhos realizados
Execução das ações visando à implementação do Protocolo de Intenções firmado entre o TCE-PR e diversos órgãos e entidades públicas para articulação de apoio e ações de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização da <u>Copa 2014</u> .	448/13	- Fiscalização nos processos de contratação e execução das obras; - Acompanhamento dos trabalhos do Convênio firmado com a UFPR, referente aos trabalhos da COPA 2014; - Elaboração dos relatórios nº 05, 06, 07, 08 e 09, assim como divulgação dos relatórios.

<p>Acompanhamento do processo de contratação e execução do Projeto Linha Azul - Santa Cândida/CIC Sul, do Sistema de metrô da Capital, pela Prefeitura Municipal de Curitiba.</p>	<p>402/12</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Análise do projeto de viabilidade e monitoramento das ações da Prefeitura Municipal de Curitiba quanto ao novo lançamento de edital do projeto; - Estudos para a sistematização e normatização da fiscalização do processo de contratação da Parceria Público-Privada (PPP), produzindo o documento intitulado "Notas sobre as Parcerias Público-Privadas". - Participação na apresentação realizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba.
<p>Auxiliar a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para a análise dos contratos e licitações das empresas de pedágio.</p>	<p>915/13</p>	<p>À disposição da Comissão.</p>
<p>Avaliação da Rede Integrada de Transporte da Região Metropolitana de Curitiba, quanto à planilha utilizada, em relação ao custo por quilômetro, método empregado, reajustes e subsídios, bem como quanto à administração dos recursos ingressos e aplicações.</p>	<p>704/13</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos componentes da tarifa; - Verificação "in loco" de programação de horários dos ônibus, condições físicas de ônibus, canaletas e estações tubo e instalação de garagens; aferição de valores atribuídos às garagens; verificação de parâmetros de custos variáveis e depreciação e valores de investimentos físicos; - Emissão e divulgação do relatório.

Tabela 21- Comissões Internas que a DIFOP participou. Fonte: DIFOP

3.11 COMISSÃO COPA 2014

O TCE criou, em 2009, um grupo de trabalho com a missão específica de fiscalizar todos os atos relativos à Copa do Mundo de Futebol de 2014, da qual Curitiba é uma das sedes. A comissão contava com 13 integrantes, que fiscalizaram as ações relacionadas à Copa antes mesmo das obras começarem. Debruçou-se, inicialmente, sobre a fase de licitação dos projetos. Uma vez começados os empreendimentos, dedicou-se a acompanhar a execução dos contratos, apontando a necessidade de ajustes para que os documentos estivessem em conformidade com a norma legal. No início do primeiro trimestre de 2013, a Comissão da Copa do Mundo foi reestruturada e transformou-se em projeto.

O Projeto Copa 2014 foi instituído pela Portaria nº 264/13, com data de publicação de 20 de fevereiro de 2013, constituído por um grupo multidisciplinar de 24 servidores das áreas de engenharia, arquitetura, contabilidade, direito e comunicação social, objetivando fiscalizar os recursos envolvidos na realização dos jogos da COPA 2014 na cidade de Curitiba.

A outra frente de atuação desta comissão se refere à fiscalização da aplicação dos recursos públicos destinados à obra de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães (Arena da Baixada).

No início do primeiro trimestre de 2013, houve deliberação e aprovação, pelo grupo multidisciplinar que compõe o projeto, acerca da metodologia de trabalho a ser adotada, criando-se subcomissões multidisciplinares, objetivando a celeridade e eficiência dos trabalhos, bem como a melhor integração entre os membros da comissão. Decidiu-se que cada subcomissão ficaria responsável por um grupo de obras, utilizando-se como critério a separação destas por esfera responsável (municipal e estadual), considerando-se, ainda, a natureza das obras e seu andamento.

Assim, no primeiro trimestre foram realizadas fiscalizações *in loco* e elaborados ofícios, visando a esclarecimentos de questões fundamentais às auditorias com foco na elaboração dos Relatórios nº 06 e nº 07.

Dando continuidade aos trabalhos de controle externo dessa comissão, no segundo trimestre, foram realizadas inúmeras atividades de acompanhamento e verificação dos atos e procedimentos nas diversas unidades da administração municipal e estadual envolvidas, o que culminou com a finalização dos mencionados Relatórios nº 06 e nº 07, os quais foram tornados públicos em nove de julho de 2013.

O primeiro, objetivando atualizar as informações contidas no Relatório nº 05/2013, trata da verificação do andamento, até início de junho de 2013, dos projetos e obras de responsabilidade do município de Curitiba e do estado do Paraná.

O Relatório nº 07 refere-se à fiscalização da obra de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães, sob três aspectos principais: 1) as fontes de recursos para viabilizar a adaptação do Estádio às exigências da FIFA; 2) o Projeto Executivo da obra, considerando a compatibilidade entre seus diferentes elementos e a aderência do valor orçado aos valores de mercado e, por fim, 3) a compatibilidade entre os serviços planejados e sua efetiva execução. O mesmo foi protocolado como Relatório de Auditoria sob o nº 574759/13.

No terceiro trimestre, a comissão continuou exercendo constante fiscalização da aplicação dos recursos públicos destinados às obras do estádio e dos processos de contratação e execução das obras de mobilidade. Além disso, no período em questão, em conjunto com a UFPR, foram validados os trabalhos relacionados à verificação dos projetos e seus respectivos orçamentos.

Em agosto e setembro, a comissão esteve trabalhando na elaboração de novos relatórios, referentes à atualização de prazos e valores das obras de mobilidade e do estádio de futebol, o que resultou nos Relatórios nº 08 e nº 09.

Em 16 de outubro de 2013, foi tornado público o Relatório nº 08/2013, referente à atualização de prazos e valores das obras de mobilidade urbana e disponibilização do mesmo no portal do TCE-PR.

Na mesma data, divulgou-se o Relatório nº 09/2013, referente ao estádio de futebol, e foi disponibilizado no portal desta Casa. Esse documento aborda questões referentes às fontes de recursos para viabilizar a adaptação do estádio às exigências da FIFA; ao projeto executivo da obra, considerando a compatibilidade entre seus diferentes elementos e a aderência do valor orçado aos valores de mercado; e à compatibilidade entre os serviços planejados e sua efetiva execução. O mesmo foi protocolado como Relatório de Auditoria sob o nº 805785/13.

Ainda no decorrer do 4º trimestre, a comissão esteve trabalhando na elaboração de novos relatórios, referentes à atualização de prazos e valores das obras de mobilidade urbana e do Estádio Joaquim Américo.

Inicialmente, eram 12 (doze) obras a serem fiscalizadas, divididas entre municipais (responsabilidade da prefeitura de Curitiba) e estaduais (responsabilidade do governo do Estado), conforme as tabelas a seguir. Entretanto, atualmente, estão em execução 11 (onze), depois do cancelamento de duas: Avenida Cândido de Abreu e do Corredor Metropolitano, e da inclusão de outra: estádio Joaquim Américo Guimarães (arena da baixada), de responsabilidade da CAP/SA.

- Local: Curitiba
- Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Curitiba

OBRAS REALIZADAS EM CURITIBA	
Obra	Situação
Corredor Avenida Cândido de Abreu	cancelada
Corredor Aeroporto/ Rodoferroviária (trecho Rodoferroviária/Divisa Municipal)	em andamento
Requalificações da Rodoferroviária e seus Acessos	em andamento
Requalificação do Terminal Santa Cândida	em andamento
Sistema Integrado de Monitoramento	em andamento
Extensão da Linha Verde Sul	em andamento
Requalificação do Terminal Marechal Floriano	em andamento
Reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães*	em andamento (incluída pelo Acórdão 0664-10/13 TCU de 27/03/2013)

Tabela 22 – Fonte: Relatório de Auditoria nº 6 – Copa de 2014. Obras realizadas em Curitiba.

*OBS: esta obra é de responsabilidade da CAP/SA por se tratar de obra privada.

- Local: Região Metropolitana de Curitiba
- Responsabilidade: Governo do Estado do Paraná

OBRAS REALIZADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	
Obra	Situação
Corredor Aeroporto/ Rodoferroviária (trecho divisa municipal/aeroporto)	em andamento
Requalificação do Corredor Marechal Floriano	em andamento
Sistema Integrado de Monitoramento Metropolitano	em andamento
Corredor Metropolitano	cancelada
Vias de Integração Radial Metropolitanas	em andamento

Tabela 23 – Fonte: Relatório de Auditoria nº 6 – Copa de 2014. Obras realizadas na Região Metropolitana de Curitiba.

Vale lembrar que a Comissão exerce constante fiscalização dos processos de contratação e execução das obras e, no período em questão, em conjunto com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), foram validados os trabalhos relacionados à verificação dos projetos e orçamentos das mesmas.

3.12 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE-PR

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado (MPJTC) tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

➤ Atividade Processual

Em 2013, a produção de pareceres conclusivos, pelo MPJTC, totalizou **19.876** processos, segundo dados colhidos junto ao Sistema de Trâmite do TCE-PR.

CAPÍTULO IV - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

4. PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

➤ GESTÃO DE METAS

Considerando as diretrizes do Presidente para 2013/2014 (item 1.1 - Premissas da Gestão) e visando ao atingimento das metas e objetivos estratégicos, o TCE-PR elencou os assuntos relacionados a atos de pessoal, prestações de contas anuais e de transferências com o intuito de acompanhar a produção de instruções e pareceres, bem como a evolução dos respectivos estoques.

Estes processos são instruídos pelas seguintes unidades: DICAP, DCE, DCM e DAT, cuja soma representa aproximadamente 90% de todos os assuntos desta Casa de Contas.

A Diretoria de Planejamento (DIPLAN) desenvolveu um Sistema de Gestão de Metas, o qual consiste na análise do banco de dados do sistema de trâmite. A partir de então, tem acompanhado em tempo real diversas informações, tais como distribuição de processos, produção e estoques. Considerando que uma de suas atribuições é o monitoramento do alcance das metas (das unidades-fim), por meio de indicadores estratégicos, tudo isso veio a aperfeiçoar a gestão, porquanto tal ferramenta facilitou o processo de tomada de decisões tanto em nível estratégico quanto tático e operacional.

5. GESTÃO DE PROJETOS

A fim de dar respostas mais rápidas e efetivas às demandas da sociedade, ferramentas modernas de gestão e de estratégia institucional se mostram necessárias para o fortalecimento da atuação do TCE-PR, como, por exemplo, as melhores práticas contidas no PMBOK® (*Project Management Body of Knowledge*), voltadas para a estruturação de projetos.

Em um contexto de gestão estratégica, a gestão de projetos é um instrumento para auxiliar o TCE-PR no cumprimento de sua missão através de ações coordenadas entendidas como prioritárias e pautadas nos valores do órgão, que são extraídas dos objetivos estratégicos.

5.1 PORTFÓLIO DE PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS

O trabalho de gestão por projetos no TCE-PR tem como documento regulamentador a Instrução Normativa nº78/2012, cuja ferramenta padrão de gerenciamento é o *software Channel*, seguindo a metodologia descrita no “Guia de Gestão de Projetos” e no “Guia de Gestão de Portfólio de Projetos Institucionais”, ambos elaborados pela DIPLAN.

Durante o período em análise, foi dada continuidade à finalização dos projetos em andamento, bem como o planejamento e a renovação do Portfólio, tendo como principais objetivos, no biênio 2013/2014, a intensificação, tanto do uso da tecnologia da informação, quanto das parcerias institucionais.

A seguir, consta a tabela com a situação de cada um dos projetos em continuidade, assim como os novos, a saber:

SITUAÇÃO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS			
PROGRAMAS	PROJETOS	REALIZADO	PREVISÃO DE TÉRMINO
Sem Vínculo a Programas	Projeto AP – Atos de Pessoal	51,45%	05/09/2016
	Projeto SIM– PCA	99,91%	18/11/2013
	Projeto SIM – Sistema de Informações Municipais	81,15%	20/12/2013
	Projeto SGA – Sistema de Gestão de Acompanhamento	100,00%	30/10/2013
	Projeto SEI – Sistema Estadual de Informações - Módulo DCE	20,32%	06/02/2015
	Projeto SIT – Analisador- Módulo Contraditório	Em execução	29/08/2014
	Projeto SIT- Captador II- Melhorias no Sistema Existente	Em execução	30/04/2014
	Projeto <i>Business Intelligence</i> - Módulo DIPLAN	53,08%	20/12/2013
	Projeto Licitações	Em planejamento	Em aberto
	Projeto Fiscalização de Obras/CREA	100,00%	18/12/2013
AUDITORIA SOCIAL	Projeto LAI SOCIAL (Lei de Acesso à Informação Social)	21,49%	31/10/2014
TCE DIGITAL II	Projeto Gestão Digital	41,48%	31/12/2014
	Projeto Trâmite Digital	13,72%	13/06/2014

Tabela 24 - Situação dos Projetos Institucionais do TCE-PR em 31/12/2013. Fonte: Sistema *Channel*.

5.1.1 Portfólio de Programas e Projetos Institucionais da Gestão 2013/2014

No TCE-PR, a gestão deste portfólio é de responsabilidade do Grupo Gestor de Portfólio Institucional, com a assessoria da Diretoria de Planejamento (DIPLAN). São considerados Projetos Institucionais aqueles selecionados e priorizados pela Alta Administração, com base nas diretrizes definidas pelo Presidente e alinhadas ao Planejamento Estratégico do Tribunal. Os projetos que não foram selecionados para compor o portfólio serão considerados **projetos operacionais**, podendo ser executados sob a responsabilidade da unidade demandante.

Na gestão do biênio 2013/2014, o Portfólio de Projetos Institucionais do Tribunal está dividido em dois programas: “Auditoria Social” e “TCE DIGITAL II”, que possuem, por sua vez, seus respectivos projetos. Além destes, existem outros que não se relacionam com esses programas, os quais estão descritos em “Projetos de Desenvolvimento de Sistemas”.

Programa Auditoria Social



OBJETIVOS:

Desenvolver ações que se aproximem dos conceitos de Auditoria Social; Capacitar o cidadão para o exercício efetivo do controle social do gasto público de sua municipalidade; Fomentar a pesquisa e estimular o debate acerca do tema Gestão Pública no meio acadêmico; Direcionar as ações de fiscalização em áreas prioritárias para a sociedade; Tecer ampla rede de controle; Disponibilizar metodologias direcionadas à avaliação da gestão municipal; Divulgar os gastos públicos de forma mais inteligível e acessível ao cidadão.

Programa TCE Digital II



OBJETIVOS:

Concluir a implantação do sistema de trâmite de documentos no âmbito dos procedimentos administrativos e fiscalizatórios não contemplados no trâmite processual; Concluir o desenvolvimento e implementação do novo sistema de suporte logístico e gerencial ao rito processual, da instauração à execução; Avaliar e propor soluções para eventuais demandas que envolvam as práticas e tecnologias relacionadas à adoção de documentos e autos digitais, nos âmbitos administrativos e de fiscalização.

Projetos de Desenvolvimento de Sistemas



OBJETIVOS:

Desenvolver sistemas para fiscalização de atos de pessoal, para agilizar a análise dos processos de prestações de contas de transferência e para acompanhar tempestivamente os atos de gestão nas administrações municipais; reformular o sistema de informações municipais; criar uma ferramenta de inteligência para aumento da efetividade e agilidade na fiscalização dos recursos públicos e para gestão administrativa do TCE-PR.

PROGRAMA AUDITORIA SOCIAL

O Programa Auditoria Social surgiu através do desdobramento das ações do Programa Anual de Fiscalização (PAF Social), projeto realizado no biênio 2011/2012, em que o Tribunal trabalhou em cooperação com as Universidades Públicas Estaduais, estabelecendo nova parceria com o meio acadêmico, com a ideia de que a fiscalização do uso do dinheiro público também é direito/dever do cidadão. Especificamente nas atividades de extensão, foram realizadas auditorias operacionais em nove municípios paranaenses, tendo em seu foco temas como transporte escolar, aquisição de medicamentos e gestão de resíduos sólidos urbanos. Ao final, foram elaborados relatórios de auditoria, os quais apontaram as principais deficiências daqueles serviços e as recomendações pertinentes aos gestores municipais. Além disso, entidades participantes da chamada “Rede de Controle da Gestão Pública”, dentre as quais destacamos a Controladoria Geral da União e o Ministério Público Estadual, identificaram pontos de interesse comum entre os objetivos e ações propostas pela Rede e as iniciativas do TCE-PR no âmbito da Auditoria Social, mais especificamente quanto ao cumprimento da Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Surgiu, portanto, a perspectiva de viabilizar novo projeto nesta área, o qual contaria com a coordenação e orientação desta Casa, aproveitando a expertise acumulada anteriormente, com vistas à conjugação de esforços entre os partícipes para avaliação e monitoramento das ações vinculadas à implementação da LAI na esfera municipal. Desta forma, decidiu-se pela continuidade destas ações através do desenvolvimento do PROJETO LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO SOCIAL. O Tribunal optou por direcionar esforços no sentido de avaliar ação pública mais complexa, na qual se vislumbra a possibilidade de aplicação dos conceitos de auditoria social, com foco no envolvimento da comunidade para avaliação e monitoramento das ações vinculadas ao cumprimento da LAI em âmbito municipal.

➤ **PROJETO LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO SOCIAL (LAI SOCIAL)**

Objetivos: Aplicar os conceitos de auditoria social para ampliar o envolvimento da sociedade no monitoramento das ações vinculadas ao cumprimento da Lei Federal nº. 12.527 (Lei de Acesso à Informação), verificar o atendimento ao conteúdo mínimo obrigatório (análise quantitativa) e, sobretudo, contribuir para a avaliação qualitativa da informação disponibilizada, como navegabilidade, clareza e facilidade de acesso por meio da parceria com as Universidades Públicas Estaduais Paranaenses.

PROGRAMA TCE DIGITAL II

O TCE Digital II foi formalizado pela Portaria nº 427/11 e prorrogado para 31/12/2014 através da Portaria nº 561/13. Foi instituído o Projeto GESTÃO DIGITAL (Portaria nº 560/13) com a finalidade de concluir a implantação do sistema de trâmite de documentos digitais no âmbito dos procedimentos administrativos e fiscalizatórios não contemplados no trâmite processual.

Nesta nova etapa do programa TCE Digital II de 2013, também se iniciaram as ações capazes de imprimir maior dinamismo à tramitação processual. Em paralelo, consolidaram-se medidas para estabelecer novos procedimentos de tramitação de requerimentos funcionais. O projeto ainda conta com a conclusão de aspectos complementares às fases anteriores, consagrando-se como um dos mais importantes em termos de agilidade, sustentabilidade e modernização.

➤ **PROJETO GESTÃO DIGITAL**

Objetivo: Concluir a implantação do sistema de trâmite de documentos digitais, no âmbito dos procedimentos administrativos e fiscalizatórios não contemplados no trâmite processual, até a data limite de 31 de dezembro de 2014.

➤ **PROJETO TRÂMITE DIGITAL**

Objetivo: Concluir o desenvolvimento e implantação do novo sistema de suporte logístico e gerencial ao rito processual, da instauração à execução, em atendimento às exigências do Regimento Interno e às diretrizes da gestão, buscando celeridade através do aproveitamento eficaz das oportunidades decorrentes da utilização de autos digitais e das novas tecnologias adotadas pelo TCE-PR, até a data limite de 13 de junho de 2014.

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

➤ **PROJETO AP - ATOS DE PESSOAL**

Objetivo: Desenvolver um sistema de fiscalização dos atos de pessoal, sujeitos a registros, de âmbito estadual e municipal, auxiliando no aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas e disponibilizando informações necessárias para o exercício do controle social.

➤ **PROJETO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS (SIM)**

Objetivos: Adequar o plano de contas aos requisitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); padronizar e consolidar as contas públicas, inclusive consórcios e entidades com personalidade jurídica de natureza privada, reformulando o Sistema de Informações Municipais.

➤ **PROJETO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS - CAPTADOR II (SIT)**

Objetivo: Desenvolver novas funcionalidades no Sistema Integrado de Transferências, buscando um melhor desempenho da ferramenta para auxiliar no gerenciamento dos recursos pelos usuários, bem como uma melhor fiscalização dos repasses de recursos públicos das transferências voluntárias estaduais e municipais, possibilitando a disponibilização de informações necessárias para o exercício do controle social.

➤ **PROJETO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS – ANALISADOR (SIT)**

Objetivo: Desenvolver um sistema que permita a melhoria na qualidade e uma maior agilidade na análise dos processos de prestação de contas, permitindo, também, a realização de outras atividades de fiscalização para o controle dos recursos repassados pelo poder público a outros órgãos públicos ou entidades privadas a título de transferência voluntária.

➤ **PROJETO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES (SEI) - MÓDULO DIRETORIA DE CONTAS ESTADUAIS (DCE)**

Objetivo: Estabelecer normas e procedimentos para o registro contábil das entidades do Setor Público e sua captação de forma eletrônica, viabilizando a consolidação das contas públicas e a prestação de contas padronizada de acordo com a legislação vigente, com os Princípios de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), possibilitando, também, a geração das demonstrações contábeis e dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como sua análise de forma eletrônica.

➤ **PROJETO SISTEMA DE GESTÃO DE ACOMPANHAMENTO (SGA)**

Objetivo: Acompanhar tempestivamente os atos de gestão nas administrações municipais, desenvolver rotinas obrigatórias (remuneração de agentes políticos, diárias de vereadores e contribuições previdenciárias), acompanhar os resultados parciais com possibilidade de expansão desse sistema para outras áreas e rotinas.

➤ **PROJETO FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - PARCERIA COM CREA-PR**

Objetivo: Estabelecer parceria do TCE-PR com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), através da qual será desenvolvido programa de fiscalização de obras públicas paraenses, compartilhando a metodologia e inserindo informações, por meio de *webservice*, em sistema compatível e integrado com o CREA. O intuito é ampliar a capacidade de fiscalização das obras, garantindo maior abrangência aos procedimentos fiscalizatórios e potencializando os resultados.

➤ **PROJETO BUSINESS INTELLIGENCE (BI) - MÓDULO DIPLAN**

Objetivo: Utilizar a ferramenta como instrumento decisório da Alta Administração. Reformular o portal do TCE-PR para possibilitar a emissão de relatórios aos usuários internos, aumentar a efetividade e a agilidade na fiscalização dos recursos públicos e o desenvolvimento de ferramenta administrativa para gerenciamento de áreas-meio do Tribunal.

➤ PROJETO LICITAÇÕES

Objetivo: Correlacionar o preenchimento do mural de licitações e do sistema SIM, analisando estatísticas de dispensas e de inexigibilidades, bem como o recolhimento de multas e os indícios de irregularidades nos processos licitatórios, tais como direcionamento, fracionamento e formação de cartéis etc. Esse projeto contará com a parceria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que tem trabalhado para o desenvolvimento de metodologia para descoberta de indícios. Os desvios encontrados podem ensejar a adoção de medidas corretivas de múltipla natureza pelo TCE.

➤ PROJETO SIM-PCA

Objetivo: Aprimorar o escopo da fiscalização e análise das Prestações de Contas Anuais (PCA) municipais, incorporando indicadores de gestão nas instruções técnicas para subsidiar os Pareceres Prévios com a utilização destes indicadores como critério para seleção de auditorias municipais.

6. ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

As atividades de capacitação da Diretoria da Escola de Gestão Pública (DEGP) estiveram voltadas, no ano de 2013, tanto para o público interno (servidores) quanto para o externo (jurisdicionados), conforme se observa no quadro resumo a seguir:

QUADRO RESUMO – ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO			
AÇÕES	Nº AÇÕES	PARTICIPANTES	CH
Programa de Capacitação - Jurisdicionado	42	6.775	339
Outros Eventos	7	-	-
Programa de Capacitação – Servidores do TCE em eventos externos	57	174	3.996
Programa de Capacitação – Servidores (TCE) em Eventos Internos	39	1.465	681
EGP Virtual	2	450	7
Participação de Servidores em Reuniões Técnicas	13	25	-
Participação de Servidores como Palestrantes	56	130	417
TOTAIS	216	9.019	5.440

Tabela 25 - Fonte: Escola de Gestão Pública.

7. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL

Durante o exercício de 2013, o TCE-PR **empenhou** o percentual de 65,82% do orçamento anual atualizado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ORÇAMENTO ATUALIZADO X ORÇAMENTO EMPENHADO			
DESCRIÇÃO	Orçamento Atualizado para 2013 (R\$)	Empenhado em 2013 (R\$)	%
Despesas Correntes	292.897.620,00	226.508.394,99	77,33
Pessoal	261.978.620,00	209.600.499,92	80,01
Outros Custeios	30.919.000,00	16.907.895,07	54,68
Despesas de Capital	57.936.000,00	4.392.971,09	7,58
Obra	47.256.000,00	3.326.310,86	7,04
Equipamento	10.680.000,00	1.066.666,23	9,99
TOTAL	350.833.620,00	230.901.366,08	65,82

Tabela 26 - orçamento atualizado x orçamento empenhado - Fonte: QDD-SEFANET.

Neste mesmo período, foi **liquidado** o percentual de 64,80% do orçamento inicial atualizado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ORÇAMENTO ATUALIZADO X ORÇAMENTO LIQUIDADO			
DESCRIÇÃO	Orçamento Atualizado para 2013 (R\$)	Liquidado em 2013 (R\$)	%
Despesas Correntes	292.897.620,00	223.388.738,31	76,27
Pessoal	261.978.620,00	209.600.499,92	80,01
Outros Custeios	30.919.000,00	13.788.238,39	44,59
Despesas de Capital	57.936.000,00	3.968.627,49	6,85
Obra	47.256.000,00	3.316.485,86	7,02
Equipamento	10.680.000,00	652.141,63	6,11
TOTAL	350.833.620,00	227.357.365,80	64,80

Tabela 27 - orçamento atualizado x orçamento liquidado - Fonte: QDD-SEFANET.

Os resultados indicam que a execução orçamentária no período seguiu em ritmo normal, considerados o percentual de execução do orçamento e o tempo decorrido.

8. GESTÃO DE PESSOAS

➤ QUADRO DOS SERVIDORES DO TCE-PR

No final de 2013, a composição do quadro funcional de servidores estatutários ativos, bem como as respectivas movimentações, apresentou a seguinte situação:

QUADRO DOS SERVIDORES E MOVIMENTAÇÕES	
CARGOS	Ano de 2013
Nível Superior*	476
Nível Médio	117
Nível Fundamental	5
Cargos em Comissão	117
TOTAL	715
Aposentadorias	25
Exonerações de cargos efetivos	13
Nomeações de cargos efetivos (concurso público)	72

Tabela 28 – Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas. Posição em 31/12/2013.

* Nível Superior compreende os seguintes cargos: Analista de Controle, Consultor Técnico e Consultor Jurídico.

9. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O TCE-PR vem intensificando o uso da tecnologia da informação em suas atividades de controle externo, como forma de estabelecer um sistema de informações transparente, integrado, tempestivo e confiável. A modernização tecnológica tem sido uma diretriz contínua das seguidas administrações da Casa.

As ações que mais se destacaram no período estão categorizadas por assunto, nos quadros abaixo:

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	
Desenvolvimento do SIAP (Sistema de Atos de Pessoal).	Módulos de Captação de Admissão: em desenvolvimento.
Desenvolvimento do SGA (Sistema de Gestão de Acompanhamento do SIM-AM).	Finalizado o projeto SGA em Dez/2013. Inicialmente previsto para julho de 2013, o sistema está em fase de implantação na produção.
Desenvolvimento do novo SIM-AM, versão 2013.	Módulo Relatórios: em desenvolvimento.
Desenvolvimento do AGEN (Analisador Genérico).	Finalizado o projeto SGA em dezembro de 2013. Inicialmente previsto para julho de 2013, o sistema está em fase de implantação na produção.
Software de Auditoria	

	A DTI participou, em novembro de 2013, de um comitê do Instituto Rui Barbosa (IRB) em Brasília que escolheu o software do Tribunal de Contas do Distrito Federal como base para o sistema de auditoria.
Projeto Fiscalização de Obras	Parceria com o CREA – formulários eletrônicos desenvolvidos para captação de informações de obras, através de dispositivos móveis (<i>tablets</i>).

Tabela 29 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação.

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE – informações complementares

- Realizados pré-projetos de sistemas (portal de Jurisprudência, Sistema de Avaliação de Competências, melhorias do sistema Meta4) importantes para estimativa de prazo e valor de contratação. O pré-projeto se demonstrou instrumento suficiente para realizar orçamentos entre fornecedores de software.

- Realizados sete encontros técnicos pela equipe de desenvolvimento, com intuito de compartilhar experiências nos projetos em andamento e também repassar informações obtidas por técnicos que participaram de eventos (seminários, simpósios, treinamentos).

- Treinamento e capacitação da equipe de desenvolvimento em novas tecnologias.

- Proposta de modelo de contrato de manutenção evolutiva do sistema Meta4 com base em ordens de serviço. Escopo e entregas bem definidas, com definição do padrão de qualidade esperado, evitando retrabalho.

Tabela 30 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação.

ÁREA DE INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- Aumento no nível de maturidade em Segurança da Informação e Comunicações (SIC) por parte do corpo funcional.

- Participação ativa dos funcionários na segurança corporativa.

- Reconhecimento da importância da SIC em nível pessoal quando se acessa informação corporativa.

- Solução participativa para problemas de e-mails maliciosos. Hoje aproximadamente 9% das mensagens que ficam bloqueadas advêm da participação de todos os funcionários ao colaborarem com a GSIC.

- A GSIC, ainda que em caráter apenas informativo, agora orienta os funcionários a terem seus dispositivos pessoais configurados de modo seguro visando a diminuir impacto corporativo em eventual extravio deste.

- Implantação da infraestrutura para a Diretoria de Informações Estratégicas (DIE) priorizando segurança de acesso.

- Contratações de novos *links* Internet com mais velocidade.
- Contratações de novas fibras óticas para interligação à Celepar.
- Reformas de pontos de rede, devido a mudanças de *layout*.
- Atualizações de sistemas operacionais de servidores para linha *Windows Server* 2012.
- Atualizações de *softwares* de gerenciamento para linha *System Center* 2012.
- Prospecções de tecnologias de *Desktops* Virtuais para acesso remoto.
- Contratação de novas fibras óticas para Fibra Ótica e Geração de Imagem e Som.
- Implantação de balanceamento de carga entre dois *links* para navegação Internet do TCE-PR.
- Substituição de equipamentos centrais de rede e revisão de configurações e rotas de comunicação internas.
- Implantação do sistema de gerenciamento de identidades e acessos.
- Implantação de rede *wireless* (sem fio) em todas as dependências do TCE-PR.

Tabela 31 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação.

DADOS QUANTITATIVOS DA DTI – ANO DE 2013

Atendimentos de solicitações de serviços realizados	11.962
Atendimentos de demandas do Canal de Comunicação realizados	2.073

Tabela 32 - Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação.

10. ATIVIDADES DA SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Na tabela a seguir, consta a quantificação das atividades referentes à Secretaria do Tribunal Pleno, a saber:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO – Ano de 2013

Sessões de Julgamento Realizadas	49
----------------------------------	----

Número de Processos Julgados	1.948
Número de Processos Recebidos	2.085
Número de Processos Expedidos	1.074
Despachos Processuais Diversos	198
Termo de Distribuição de Processo	2
Certidões de Trânsito em Julgado	696
Certidões de Publicação	883
Atas de Sessão Ordinárias	49
Certidões de Sessão (retirados de pauta, adiados, com vista e sobrestados)	784
Número de Processos em Poder em 31/12/2013	1.130
Número de Processos em Atraso - (mais de 90 dias)	0
Acórdãos Emitidos	1.913
Acórdãos de Parecer Prévio Emitidos	35
Processos Pendentes de Assinatura	1.015
Certidões Diversas	19

Tabela 33 – Atividades desenvolvidas pela Secretaria do Tribunal Pleno.

CAPÍTULO V - COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO

11. COMUNICAÇÃO

Ao longo do exercício de 2013, diferentes formas de comunicação foram utilizadas pelo Tribunal para suprir as mais variadas necessidades de informações de seus diferentes clientes:

- **jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **servidores** - dados e informações de caráter funcional;
- **público externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Em 2013, o Tribunal de Contas contou com um novo instrumento de comunicação à disposição de servidores, jurisdicionados e público externo, publicado na página inicial do portal do TCE na internet. É o “Minuto TCE”, série de vídeos, com cerca de um minuto de duração, que abordam as atividades realizadas pelo Tribunal, orientações aos órgãos fiscalizados, cursos e seminários promovidos pela Escola de Gestão Pública e outras informações de caráter institucional.

Na sequência, consta o quadro com os dados quantitativos da Diretoria de Comunicação Social:

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO – DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Itens produzidos	Ano de 2013
Releases para imprensa	612
Periódico eletrônico “Contando para Você”, de circulação interna	47
Boletim eletrônico “Tecer”, voltado ao público externo	25
Postagens no <i>Twitter</i> e <i>Facebook</i>	663

Tabela 34 – Fonte: Diretoria de Comunicação Social.

12. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A atual gestão desta Corte de Contas tem como meta consolidar o seu reconhecimento como agente de controle externo atuante em tempo real e próximo à sociedade, fornecendo informações necessárias para o exercício do controle social. Para isso, foram estabelecidas novas possibilidades de parcerias com as entidades de classe e órgãos públicos de grande expressão, além da integração com diferentes agentes sociais, objetivando consolidar a transparência e a eficiência no acompanhamento do uso dos recursos públicos, igualmente dos gastos e investimentos.

12.1 CONVÊNIOS E CONGÊNERES

Ao longo do exercício de 2013, primeiro ano de gestão do Conselheiro Artagão de Mattos Leão, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná articulou novas parcerias, sempre tendo em vista os objetivos institucionais.

Duas grandes frentes de trabalho foram eleitas: o atendimento às demandas da Diretoria de Informações Estratégicas (DIE) e a busca pelas informações e dados necessários ao sistema de atos de pessoal (SIAP), em desenvolvimento nesta Corte para análise dos processos de aposentadoria, admissão, revisão de proventos, entre outros.

Em paralelo, buscou-se a aproximação e a interação com importantes instituições ligadas ao controle externo, em especial, com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). Dentre os importantes projetos capitaneados por essas instituições, está a Sistemática de Avaliação da Qualidade e Agilidade do Controle Externo, que consiste no desenvolvimento de um parâmetro nacional para verificar o desempenho das atividades dos tribunais de contas brasileiros. Destaca-se, também, a participação do TCE-PR em projetos como a Rede Nacional de Informações Estratégicas e a assinatura do protocolo de intenções para prevenção e repressão de fraudes e cartéis nos procedimentos licitatórios.

O ano de 2013 também foi marcado pelo lançamento de dois grandes projetos viabilizados pela celebração de acordos com algumas das mais importantes universidades estaduais paranaenses e com a Associação de Municípios do Paraná (AMP). O primeiro termo tem como objeto a parceria para análise dos portais municipais de transparência, com apoio de professores e alunos universitários. Já, o segundo contempla a ação conjunta para proporcionar cursos e eventos a distância, ampliando a presença do Tribunal em todas as regiões do Estado e concretizando uma ação pedagógica e educativa, que fortalece a gestão pública municipal.

As ações desenvolvidas em decorrência do convênio número 305536/09, cujo objeto é a fiscalização e controle dos gastos públicos para o torneio mundial de futebol de 2014, foram intensificadas no ano que se passou. Além da emissão dos relatórios sobre as obras de mobilidade, o Acórdão nº. 664/2013-TCU-Plenário, proferido pelo Tribunal de Contas da União, ampliou o escopo do trabalho realizado, que passou a abranger também as obras de reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães. Os relatórios elaborados por este Tribunal foram destaque na imprensa paranaense e contribuíram para maior transparência e publicidade das informações sobre o evento esportivo.

Parceiros estaduais e federais foram contatados neste ano. As bases de dados e o intercâmbio de conhecimentos e informações foram os principais objetivos propostos nestas abordagens. Alguns termos já foram assinados, ampliando a gama de termos de convênio e congêneres. Entre os ajustes celebrados neste ano, estão o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN-PR), cujos dados serão utilizados, fundamentalmente, pela Diretoria de Informações Estratégicas (DIE), com o intuito de cruzar informações sobre as frotas das entidades jurisdicionadas, agentes públicos condutores destes veículos, entre outros, possibilitando um ganho bilateral em eficiência das ações de fiscalização. Foi firmado acordo com a Secretaria de Administração e Previdência do Paraná (SEAP-PR), buscando o estabelecimento de regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações, de bases de dados e de soluções de tecnologia da informação (TI), de interesse recíproco entre o TCE-PR e a SEAP-PR, tendo como interveniente o Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA, visando a otimizar as atividades de fiscalização, bem como a coibir e a evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos. Parceria também estabelecida com Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), visando à cooperação entre ambos os Tribunais nas áreas técnicas e funcionais com a finalidade de fortalecer e aprimorar os mecanismos de controle externo.

Novas parcerias devem ser firmadas para o próximo exercício:

- Secretaria de Estado e Governo do Paraná (SEEG-PR), que proporcionará o intercâmbio de dados, em especial, obtenção de informações a serem disponibilizadas pelas Secretarias Estaduais e da legislação para uso no SIAP.

- Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR), que gerará um intercâmbio de informações, com identificação de endereços e cruzamento de valores de faturas declaradas e pagas pelas entidades públicas.

- Ministério de Trabalho e Emprego, que irá facilitar o acesso às informações constantes dos bancos de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conferindo maior eficiência à Administração Pública.

- Ministério da Previdência Social, que proporcionará o intercâmbio e integração de informações, bases de dados e de soluções de TI, de interesse recíproco do TCE-PR e MPS, em especial o acesso ao sistema integrado de informações previdenciárias, de controle de óbitos e de dados sociais.

Cumprido salientar que, por meio da Diretoria de Licitações e Contratos (DLC), o TCE-PR reformulou sua atuação no que se refere a convênios e congêneres. Atualmente, a Diretoria exerce um importante papel de acompanhamento dos termos firmados, o que contribui para a correta gestão dos acordos e para a efetividade das ações pactuadas.

Neste caminho, abre-se uma perspectiva bastante promissora para celebração de novos ajustes em 2014 e, sobretudo, para a boa gestão e para resultados concretos das parcerias já conquistadas.

12.2 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

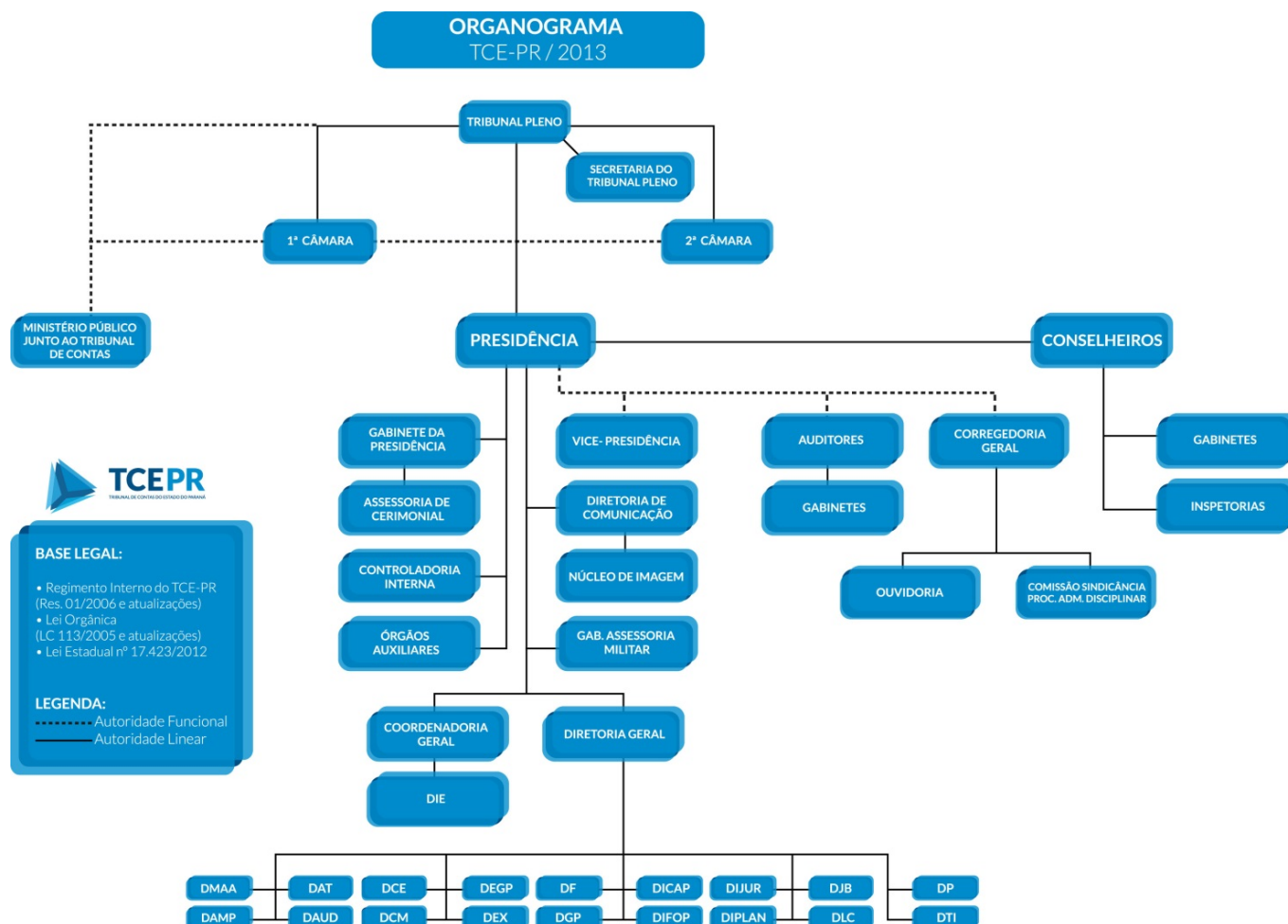
O Tribunal de Contas do Estado do Paraná teve participação intensa em dezenas de eventos que envolveram diversos órgãos da Administração Pública e da iniciativa privada, representado tanto por seu Presidente como por Conselheiros, Procuradores, Auditores ou técnicos de seu corpo funcional, sempre procurando contribuir de forma efetiva com os eventos. Representantes do TCE-PR percorreram muitas cidades do Brasil, tais como, Brasília, Rio de Janeiro, Fortaleza, São Paulo, Porto Alegre, Foz do Iguaçu, Teresina, Fortaleza, Londrina, João Pessoa, Cuiabá e Salvador. Participaram de seminários, encontros, treinamentos, conferências, visitas técnicas, reuniões e palestras. Dentre os temas abordados, destacam-se: capacitação de jurisdicionado, gestão de recursos humanos, sistemas operacionais, licitações e contratos, padronização de procedimentos na área da fiscalização do erário, monitoramento e avaliação das políticas públicas, uniformização de procedimentos de auditoria, evolução de gestão da infraestrutura de tecnologia da informática, controle externo e regimes de previdência, instalação da rede nacional de informações estratégicas para o controle externo, combate à corrupção e lavagem de dinheiro, auditorias de parcerias público-privadas, auditoria ambiental, regimes de previdência, além de outros temas.

A intenção dessa Casa de Contas é estar sempre presente nos eventos os quais tratam de temas relacionados às suas áreas de atuação, quer seja apenas participando, quer seja ministrando palestras. Os assuntos são afetos ao controle externo, à transparência, às práticas da boa governança, visando ao cumprimento do dever de *accountability*¹ que os administradores públicos têm para com a sociedade e para com o parlamento.

¹ O termo *accountability*, que não possui tradução precisa para o nosso idioma, representa, segundo definição extraída do Manual de Auditoria Integrada do Escritório do Auditor-Geral do Canadá (OAG), a obrigação de responder por uma responsabilidade outorgada. Pressupõe a existência de pelo menos duas partes: uma que delega a responsabilidade e outra que a aceita, mediante o compromisso de prestar contas sobre como essa responsabilidade foi cumprida. O termo sintetiza a preservação dos interesses dos cidadãos por meio da transparência, responsabilização e prestação de contas pela administração pública.

CAPÍTULO VI – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

13. ORGANOGRAMA DO TCE-PR



14. FONTES DE INFORMAÇÕES

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Portal na internet disponível em www.tce.pr.gov.br

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Informações internas de cada unidade do TCE-PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dados do Sistema de Trâmite do TCE-PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relatório Planejamento 2013/2014.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Plano Anual de Fiscalização 2013.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Regimento Interno do TCE-PR (Res. 01/2006 e atualizações).

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Lei Orgânica do TCE-PR (Lei Complementar nº 113/2005 e atualizações).

15. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
AOPs	Auditorias Operacionais
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
BI	<i>Business Intelligence</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BPM	<i>Business Process Management</i> (Gerenciamento de Processos de Negócio)
BPMN	<i>Business Process Modeling Notation</i> (Notação de Modelagem de Processos de Negócio)
CACO	Canal de Comunicação
CAP/SA	Clube Atlético Paranaense – Sociedade Anônima
CG	Coordenadoria Geral
CGU	Controladoria Geral da União
CI	Controladoria Interna
CRC-PR	Conselho Regional de Contabilidade - subseção Paraná
CREA-PR	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - subseção Paraná
DAMP	Diretoria de Administração do Material e Patrimônio
DAT	Diretoria de Análise de Transferências
DAUD	Diretoria de Auditorias
DCE	Diretoria de Contas Estaduais
DCM	Diretoria de Contas Municipais
DCS	Diretoria de Comunicação Social
DDM	Decisão Definitiva Monocrática
DEX	Diretoria de Execuções
DF	Diretoria Financeira
DG	Diretoria Geral
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIFOP	Diretoria de Fiscalização de Obras Públicas
DIJUR	Diretoria Jurídica
DIPLAN	Diretoria de Planejamento do TCE-PR
DJB	Diretoria de Jurisprudência e Biblioteca
DLC	Diretoria de Licitações e Contratos
DMAA	Diretoria de Manutenção e Apoio Administrativo
DP	Diretoria de Protocolo
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Ensino a Distância
EGP	Escola de Gestão Pública do TCE-PR



ICE	Inspetoria de Controle Externo
IML	Instituto Médico Legal
IN	Instrução Normativa
IRB	Instituto Rui Barbosa
MPJTC	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OAB-PR	Ordem dos Advogados do Brasil – subseção Paraná
PAF	Programa Anual de Fiscalização
PMBOK	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
PROMOEX	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros
RI	Regimento Interno
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAM	Secretarias das Câmaras
SEI	Sistema Estadual de Informações
SIAP	Sistema Integrado de Atos de Pessoal
SICAD	Sistema de Cadastro de Pessoas
SIM	Sistema de Informações Municipais
SIM-AM	Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal
SIT	Sistema Integrado de Transferências
TC	Tribunal de Contas
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
URBS	Urbanização de Curitiba



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ